



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 117

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Atos presidenciais (parciais):

1.º — ao Projeto de Lei nº 2.663-B-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências;

2.º — ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.), que estabelece normas para processo dos dissídios coletivos e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Materia	Veto	Matéria a que se refere
		Primeiro Veto
1	1.º	Do art. 3.º a palavra: "adicional".
2	1.º	Do art. 3.º as palavras: "o imposto de".
3	2.º	Do art. 3.º as palavras: "durante o exercício de 1965".
		Segundo Veto
4	2.º	Do art. 2.º as palavras: "acrescido da metade da taxa prevista para a inflação nos doze meses subsequentes".
5	2.º	§ 2.º do art. 2.º (totalidade).
6	2.º	Alínea "b" do art. 5.º (totalidade).
7	2.º	Da alínea "c" do art. 5.º as palavras: "salvo nos casos de prévio aumento de tarifas ou de subvenção ou auxílio especial para pagamento da majoração".
8	2.º	Do § 1.º do art. 6.º as palavras: "por maioria absoluta dos seus membros".

SESSÃO CONJUNTA

Em 30 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

(SEGUNDA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8, de 1965 (C.N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 31 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 22,64 (C. N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula nº	Matéria a que se refere
1	Do item 2 do art. 2.º as palavras: "... a cargo do Tesouro Nacional..."
2	Do item 5 do art. 2.º a palavra: "... normativas..."
3	Do § 2.º do art. 2.º as palavras: "... do seu encaminhamento ao Ministro..."
4	Do art. 3.º a alínea "l". Do § 1.º do art. 3.º a referência à alínea "l".
5	Do art. 3.º a alínea "l". Do § 1.º do art. 3.º a referência à alínea "l". Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "da Confederação Nacional da Indústria".
6	Do art. 3.º a alínea "m". Do § 1.º do art. 3.º a referência à alínea "m". Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... da Confederação das Associações Comerciais do Brasil..."

SESSÃO CONJUNTA

Em 1 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 22/64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula nº	Matéria a que se refere
1	Do art. 3.º a alínea "o".
1	Do art. 3.º a alínea "o". Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga..."
2	Do art. 3.º a alínea "p". Do § 1.º do art. 3.º a referência à alínea "p".
3	Do art. 3.º a alínea "q". Do § 1.º do art. 3.º a referência à alínea "q". Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima".
4	Do art. 3.º a alínea "r". Do § 1.º do art. 3.º a referência à alínea "r". Do parágrafo único do art. 10 as palavras: "... do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Comercial".

- 5 Do art. 3º a alínea "s".
Do § 1º do art. 3º a referência à alínea "s".
Do parágrafo único do art. 10 as palavras:
"... do Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura".
- 6 Do art. 3º, a alínea "t".
Do § 1º do art. 3º a referência à alínea "t".
Do parágrafo único do art. 10 as palavras:
"... e da Confederação Rural Brasileira".

SESSÃO CONJUNTA

Em 1 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos.

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula Matéria a que se refere

nº

- 1 Do § 1º do art. 3º as palavras:
"... podendo ser reconduzidas".
- 2 § 3º do art. 3º (totalidade).
Item III do art. 11 (Departamento Jurídico).
§ 2º do art. 12 (totalidade).
Do art. 12 a palavra: "três".
- 3 Art. 4º e seu parágrafo (totalidade)
- 4 Do art. 8º as palavras.
"... que afetem substancialmente a segurança nacional".
- 5 Do parágrafo único do art. 10, as partes não rejeitadas em votação anterior, a saber:
"... os representantes... serão nomeados por decreto, mediante indicação dos presidentes das respectivas entidades".
- 6 Parágrafo único do art. 11 (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 2 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Votos presidenciais (parciais) aos Projetos de Lei:

- 1º — Nº 2.753-B/65 na Câmara e 108/65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial).
- 2º — Nº 2.736/65 na Câmara e nº 103/65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e do visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial).
- 3º — Nº 2.793-B/65 na Câmara e nº 117/65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula Voto Matéria a que se refere

nº

- 1º Primeiro veto
1º Parágrafo único do art. 9º (totalidade).
- 2º Segundo veto
2º Do parágrafo único do art. 2º as palavras: "... tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".
- 3º Terceiro veto
3º Do art. 6º as palavras "e técnicos".

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃESDIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO IIImpresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRÁSILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º n IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para sem prejuízo da matéria para ela já programada, a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social.

— ao Projeto de Lei nº 2.839-B-66 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso, 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 26 de agosto, às 21:30:

— ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências (veto parcial);

Dia 31 de agosto, às 21.30:

Dia 1º de setembro, às 9.30 e às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências (veto parcial);

Dia 2 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.793-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial);

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1965 (PLC nº 2.661-B, de 1965, na Câmara), que "dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins e dá outras providências".

PRIMEIRA REUNIAO DE INSTA-LACAO, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1965

As nove horas do dia dezenove de agosto de mil novecentos e sessenta

e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Guimard, José Ermirio e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Celestino Filho, José Maria Ribeiro e Raul de Góes, reuniu-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto da Lei da Câmara nº 96, de 1965 (PLC número 2.661-B, de 1965, na Câmara, que "dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins e dá outras providências".

Em obediência ao preceito Regi-mental, assume a Presidência o Se-

nhor Senador José Ermirio que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, para tanto designando Es- crutinador o Senhor Deputado Raul de Góes.

Concluída a votação, apura-se a seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Lino de Mattos 5 votos
Deputado José Maria Ribeiro 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado José Maria Ribeiro 5 votos
Deputado Celestino Filho ... 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Deputado Celestino Filho Relator da matéria precípua da Comissão Mista

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SEGUNDA REUNIAO, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1965

As vinte e uma horas do dia dezo- nove de agosto de mil, novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Com- missões, sob a presidência do Senhor Senador Lino de Mattos, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Guimard, José Ermirio e os Senho- res Deputados Celestino Filho, José Maria Ribeiro e Raul de Góes, reúne- se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presi- dente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1965 (PLC nú- mero 2.661-B, de 1965, na Câmara), que "dispõe sobre os serviços do re- gistro do comércio e atividades afins e dá outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presi- dente concede a palavra ao Senhor Deputado Celestino Filho que, na qua- lidade de Relator, tece considerações substantiadas em Relatório cir- cunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Con- gresso Nacional, bem como as ações em que se fundamentou o Sr. Presi- dente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, impor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo mais desejo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja arqui- vado o Relatório.

E, nada mais havendo a tratar, en- cerra-se a Reunião, lavrando eu, Má- rio Nelson Duarte, Secretário, a pre- sente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO

1965

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.661-B-65 (nº 96-65, no Senado), que dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins e dá outras providências.

Relator: Sr. Celestino Filho

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1º e 81, II, da Constituição Federal, resolveu vetar parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.661-B-65 (nº 96-65, no Senado), que dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins.

O PROJETO

(Origem e andamento)

O projeto vetado, parcialmente, pelo Senhor Presidente da República, teve

sua origem na Mensagem nº 84, de 1º de abril de 1965.

Na Câmara, o projeto teve anda- mento rápido, porquanto examinado nos termos do Art. 4º do Ato Insti- tucional, de 1964.

Em 4 de maio do corrente ano, é aprovado o Substitutivo da Comissão de Justiça, que incluiu emendas apro- vadas pela Comissão de Economia.

A proposição foi enviada ao Sena- do em 24 de maio, e foi também emendada.

O projeto retornou à Câmara em 23 de junho, tendo sido aprovadas as emendas do Senado de ns. 1, 2, 5, 7, 8, 9, 15 e 16 (caput), e rejeitadas as de ns. 3, 4, 6, 10, 14, 16 (§ 1º e 2º), e 17 a 20. Foi enviado à sanção em 5 de julho do corrente.

O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República, pela Mensagem 290-65, comunica ao Congresso Nacional que sancionou, em parte, o projeto.

Fundamentando o veto em razões de ordem constitucional, e tendo em vista interesses nacionais, o Senhor Presidente da República fê-lo incidir nos seguintes dispositivos:

"1) No artigo 21, parágrafo 1º, a expressão final "dentre aqueles de trata o item III do artigo 16".

Razões — O artigo 16 acima men- cionado estabelece que a metade do número de vogais e suplentes das juntas comerciais será escolhida da seguinte forma:

I — Um vogal e respectivo suplen- te representando, a União Federal, por indicação do Ministério da Indús- tria e do Comércio;

II — Três vogais e respectivos su- plentes, representando, respectiva- mente, a classe dos Advogados, a dos Economistas e a dos Técnicos em Contabilidade, indicados pelo Con- selho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas Categorias Profis- sionais;

III — Os restantes vogais e suplen- tes serão de livre escolha da autori- dade competente para nomeação dos mesmos.

Em consequência, nas circunscri- ções do País em que o Plenário da Junta fôr composto de apenas oito vogais — como é o caso no maior nú- mero de Estados — não se configura a hipótese do artigo 16, nº III e o cumprimento do parágrafo 1º, do ar- tigo 21, tornar-se-ia impossível, se fôsse mantida a expressão vetada.

2) O parágrafo 3º do artigo 21.

Razões — O artigo 3º refere, no caput, à distribuição de vogais por turnas de três membros. Torna-se obscuro, assim, o sentido do parágra- fo 2º e das expressões "Titulares efeti- vos" e "legislação pertinente", dele constantes. Se a intenção foi a de aludir ao Presidente e ao Vice-Presi- dente, aos quais se refere o parágrafo 1º do artigo, a disposição colide com o caráter de transitoriedade, que o projeto dá ao exercício desses cargos que, no artigo 16, item III, são ex- pressamente declarados "em comis- são".

CONCLUSAO

O veto parcial do Sr. Presidente da República ao presente projeto de lei foi aposto com fundamentações previstas na Constituição Federal e dentro do prazo por ela fixado, es- tando o Congresso Nacional habilita- do a apreciá-lo convenientemente, em face do exposto neste Relatório.

Sala das Comissões, em 19 de agós- to de 1965. — Lino de Mattos, Pre- sidente. — Celestino Filho, Relator. — José Guimard. — José Ermirio. — José Maria Ribeiro. — Raul de Góes.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965 (PLC nº 2.736-B, de 1965, na Câmara), que "exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares".

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1965

Às nove horas do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Sebastião Archer, José Bezerra e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Gaioso e Almendra, José Barbosa e Edson Garcia, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965 (PLC nº 2.736-B, de 1965, na Câmara), que "exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares".

Em obediência ao preceito Regimental, assume a Presidência o Senhor Senador José Bezerra que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no art. 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado José Barbosa.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Sebastião Archer ... 3 votos
Deputado Edson Garcia ... 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Edson Garcia ... 5 votos
Deputado Gaioso e Almendra 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Lino de Mattos Relator da Matéria precípua da Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1965

Às dezoito horas do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Sebastião Archer, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Bezerra e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Gaioso e Almendra, José Barbosa e Edson Garcia, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965 (PLC nº 2.736-B, de 1965, na Câmara), que "exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares".

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lino de Mattos que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões em que se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o

Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente

RELATÓRIO

Nº 77, de 1965

Da Comissão Mista, sobre o veto após o Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965 (PLC nº 2.736-B, de 1965, na Câmara dos Deputados), que "exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares".

Relator Sr. Lino de Mattos

Com fundamento nos artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República negou parcialmente sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.736-B-65, que no Senado Federal tramitou sob número 103, de 1965.

O PROJETO VETADO

O projeto vetado teve origem em mensagem do titular do Poder Executivo (nº 164, de 9 de abril de 1965), acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda e de anteprojeto de lei.

A proposição exclui do regime de licença prévia e de visto consular os produtos, bens, materiais e equipamentos militares cedidos ao Brasil, por força de tratados ou acordos de assistência militar (art. 1º). Estende a medida às importações de armamento, materiais e equipamentos, sem similar estrangeiro registrado (art. 2º), condicionada essa exclusão à declaração do titular da pasta militar interessada, com prévia autorização do Presidente da República (artigo citado, parágrafo único).

A TRAMITAÇÃO

São esses os dispositivos dominantes do projeto, que teve andamento regular na Câmara dos Deputados, onde recebeu apenas uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de determinar a inclusão, no parágrafo único do artigo 2º, da expressão *in fine*:

"tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".

Tal disposição foi incorporada ao texto e enviada ao Senado através de ofício de retificação do 1º Secretário da Câmara. Obtido o pronunciamento favorável da Comissão de Finanças da Câmara Alta, foi a matéria incluída em Ordem do Dia aprovada em sessão de 24 de junho do ano em curso, na mesma data votada a redação final e remetida à sanção a 6 de julho.

O VETO

A negativa de sanção incidiu exatamente sobre a única alteração introduzida pelo Congresso no anteprojeto governamental, vale dizer, na emenda da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O dispositivo original tinha a seguinte redação:

"Art. 2º
....."

Parágrafo único. A exclusão a que se refere o presente artigo ficará condicionada, em cada caso, à declaração do titular da Pasta respectiva de que a importação se destina a fins exclusivamente militares e são de interesse para a segurança nacional".

A emenda aprovada acrescentava expressão, *in verbis*:

"tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".

Ao justificar a negativa parcial de sanção às aludidas palavras, o Senhor

Presidente da República apresentou as seguintes razões:

a) que a proposição visa a facilitar a aquisição de armamentos, materiais e equipamentos, sem similar registrado;

b) que a prévia autorização presidencial em tais casos, além de ampliar os encargos do titular do Poder Executivo, estendendo-os a aspectos de pouca monta, dificultará o processo de aquisição;

c) que tal aquisição há de ser simplificada, tendo em vista ser ela realizada exclusivamente para fins de segurança nacional;

d) que a medida consagrada no projeto poderá ocasionar delongas de consequências danosas aos interesses nacionais;

e) que, afinal, as facilidades preconizadas pelo projeto estão cercadas das cautelas indispensáveis.

O veto é tempestivo, desde que foi oferecido a 14 de julho, dentro, portanto, do decêndio a que se refere o artigo 70, § 1º, da Constituição Federal.

E' o que nos cumpria relatar.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1965. — Sebastião Archer, Presidente; Lino de Mattos, Relator; José Bezerra, Gaioso e Almendra; José Barbosa, Edson Garcia.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1965 (PLC nº 2.732-B, de 1965, na Câmara), que "disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento".

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1965

Às doze horas do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Feliciano, Adolpho Franco e Mem de Sá e os Senhores Deputados Getúlio Moura, Flores Soares e Floriano Rubim, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1965 (PLC nº 2.732-B, de 1965, na Câmara), que "disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento".

Em obediência ao preceito Regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Adolpho Franco que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador Senhor Deputado Flores Soares.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Feliciano — 2 votos
Deputado Getúlio Moura — 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Getúlio Moura — 5 votos
Deputado Flores Soares — 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Mem de Sá, Relator da Matéria Precípua da Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1965

Às quinze horas do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Feliciano, Presidente, presentes os Senhores Senadores Adolpho Franco e Mem de Sá, e os Senhores Deputados Getúlio Moura, Flores Soares e Floriano Rubim, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1965 (PLC nº 2.732-B, de 1965, na Câmara), que "disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento".

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mem de Sá que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente

RELATÓRIO

Nº 79, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial imposto pelo Sr. Presidente da República ao projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1965 (PLC nº 2.732-B, na Câmara), que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Relator: Sr. Mem de Sá

O Sr. Presidente da República, nos termos da Constituição Federal, votou, parcialmente, o projeto de lei da Câmara nº 104, de 1965 (número 2.732-B, na Câmara), que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

A proposição, conforme sabemos, é originária do Poder Executivo, tendo sofrido, todavia, algumas alterações no Congresso Nacional, pois que a Câmara dos Deputados aprovou-a com substitutivo da Comissão de Economia, nele incorporando emendas do Senado.

DISPOSITIVOS VETADOS

Sob o fundamento de que os dispositivos abaixo mencionados, nas expressões e partes a que se referem, contrariam os "Interesses nacionais", o Sr. Presidente da República vetou:

— No Art. 45, § 6, as expressões: "sem direito a voto, nem as...";

— No Art. 50, § 4º, a expressão: "ou ao portador", e no mesmo Art., os §§ 5º, 6º e 7º;

— No Art. 56, o § 2º;

— No art. 60, a expressão: "mantém ou...";

— No Art. 64, a parte final do § 1º assim redigida: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

RAZÕES DO VETO

(Por dispositivo vetado)

— Art. 45, § 6º, as expressões: —
 “sem direito a voto, nem as...”

O Sr. Presidente da República, com relação ao veto às expressões “sem direito a voto, nem as...”, ofereceu as seguintes razões:

“Os artigos 45 e seguintes autorizam as sociedades por ações, cujo capital seja nominativo ou endossável, a se constituir com capital subscrito inferior ao autorizado pelo estatuto social. É inovação já adotada por outras legislações, como instrumento valioso à atividades societárias. Não se justifica, pois, que se negue a essas sociedades a possibilidade de emitir ações sem direito a voto, criando-lhes uma exceção não justificada, com relação ao tratamento legal assegurado às demais companhias. Nenhuma razão há para distinguir no tocante às sociedades de capital autorizado, das demais, pois, se é certo que elas podem comprar, com lucros acumulados ou capital excedente, suas próprias ações (artigo 47), não menos certo é que as ações adquiridas, enquanto permanecerem em tesouraria, não têm direito a voto (§ 2º do artigo 47).”

A peculiaridade da aquisição das ações pela própria empresa não confere, assim, ao grupo controlador do capital o direito de usá-las para modificar o “quorum” de votação — hipótese única em que se poderia vislumbrar na operação de recompra uma possível manobra para acrescer o seu direito de voto, o que poderia aconselhar cautelas especiais quanto à composição do capital votante. Deverá subsistir a regra geral que admite a possibilidade de emissão de ações sem direito a voto, até o limite de 50 por cento do capital.

— Art. 50, § 4º, a expressão “ou ao portador”, e §§ 5º, 6º e 7º:
 As razões oferecidas quanto à expressão e dispositivos acima referidos, são as seguintes:

“De acordo com a legislação do imposto de renda, os Fundos Mútuos de Investimentos estão isentos de pagamento. A isenção se impõe porque os contribuintes são os participantes do Fundo e não o Condomínio, que não chega a ter personalidade jurídica perante o Fisco. O Fundo comunica à Repartição Fiscal o quanto de renda cabe a cada participante, sendo este o responsável perante o Departamento do Imposto de Renda. Basta o enunciação do sistema para demonstrar a dificuldade da adoção de participações anônimas — ou sejam de cotas ao portador, não obstante preveja o § 7º uma retenção de 30% na fonte.”

Se o pagamento é “na fonte”, não quer dizer que a pessoa física não precisará incluir essa renda na sua declaração do Imposto de Renda. Quem fará o recolhimento “na fonte”? A sociedade administrativa do fundo? A lei silencia a esse respeito. Além disso, é de notar-se que a própria lei determina que o titular de ações ao portador não identificável fique sujeito ao imposto de 40 por cento, não havendo, assim, razão alguma para se dar aos cotistas dos fundos em condomínio um tratamento prioritário qual o recolhimento de apenas 30%, o que configurará uma evasão tributária dentro do sistema legal.

Note-se, ademais, que a faculdade de serem ao portador cotas de fundos em condomínio representará uma incongruência com relação à sistemática da lei. Esta introduz inovações que permitirão, em futuro próximo, a extensão natural do princípio da nominatividade aos demais

títulos e valores mobiliários, sem a ocorrência das reações negativas que poderiam manifestar-se. A criação de títulos de participação em Fundos de Investimentos, em condomínio, sob a forma “ao portador”, representa uma incoerência, em relação ao espírito da lei, e uma involução em relação à legitimidade da forma, pois permitiria a transformação em ao portador, de um instrumento que foi criado e se desenvolveu sob o princípio de nominatividade.

Acresce salientar que a fiscalização, pelo Banco Central, do respeito às normas legais pelos Fundos Mútuos de Investimentos na emissão de cotas na forma “ao portador” exigirá um encargo do órgão fiscalizador, excessivamente elevado em relação aos benefícios que porventura a criação de cotas ao portador pudesse trazer para o mercado de capitais.”

— Art. 56, o § 2º:

O § 2º do Art. 56, é vetado em virtude da seguinte razão:

“dispositivo amplia demasiadamente os abatimentos da renda bruta nas declarações de pessoas físicas. O cálculo do imposto na legislação em vigor admite reduções, como estímulo a investimentos, mas os limites estabelecidos não devem ser ultrapassados, sob pena de prejudicar-se a receita do imposto de maneira inconveniente ao equilíbrio orçamentário.”

— Art. 60, a expressão “mantém ou...”

A expressão “mantém ou...”, vetada pelo Sr. Presidente, retira no dizer do Chefe do Poder Executivo, a clareza e o objetivo fundamental do dispositivo. As razões para o veto, são, aliás, as seguintes:

“Objetiva o artigo autorizar o Poder Executivo a alienar ações de propriedade da União representativas do capital de sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, das empresas nas quais deva assegurar o controle estatal. As expressões “mantém ou” tiram indubitavelmente a clareza ao disposto no artigo. A palavra “mantém” está em contradição com a providência que o artigo autoriza que não é de manutenção do número atual de ações em todas as empresas de propriedade da União. O artigo 60 prende-se ao seguinte — artigo 61 —, o qual consagra as regras cautelares e os requisitos a que deve obedecer a alienação. Desnecessárias, pois, as expressões, cuja supressão se impõe, porque geraria dúvidas na aplicação do preceito.”

— Art. 64, § 1º, a parte final, a partir da expressão “mas o imposto que...”

O voto incidente sobre a parte final do § 1º do Art. 64, assim redigida: — “mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real” tem por razões o seguinte:

“A ressalva, que é matéria do veto, constituiria maior benefício para as sociedades imobiliárias, além do que o artigo estabelece sem a sua parte final.

De fato, não haveria a incidência do imposto de 5 por cento sobre o valor de custo do imóvel corrigido, como ocorre na correção do ativo imobilizado.

Excluídas aquelas parcelas, da correção do custo, na determinação do lucro tributável da pessoa jurídica, a compensação do imposto pago à razão de 50 por cento importaria em redução injustificada do imposto sobre o lucro real”.

Em face do exposto no presente relatório, esta Comissão Mista julga ter habilitado os Srs. Congressistas a apreciarem convenientemente o veto (parcial) apósto pelo Sr. Presidente da República ao projeto que disciplina o mercado de capitais e

estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1965. José Feliciano, Presidente — Mem de Sá, Relator — Adolfo Franco — Getúlio Moura — Flores Soares — Flávio Rubini.

SENADO FEDERAL

ATA DA 126ª SESSÃO,
 EM 25 DE AGOSTO DE 1965

3ª Sessão Legislativa,
 da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA
 ANDRADE E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
 acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Goldewasser Santos
 Oscar Passos
 Edmundo Levi
 Martins Júnior
 Pedro Carneiro
 Eugênio Barros
 Manoel Dias
 Sigefredo Pacheco
 Menezes Pimentel
 Wilson Gonçalves
 José Bezerra
 Cortez Pereira
 Manoel Vilaça
 Pessoa de Queiroz
 Silvestre Pérciles
 Hermann Torres
 Júlio Leite
 Aloysio de Carvalho
 Eduardo Catalão
 Josaphat Marinho
 Paulo Barros
 Afonso Arinos
 Padre Calazans
 Lino de Mattos
 Moura Andrade
 Gastão Müller
 Mello Braga
 Celso Branco
 Atílio Fontana
 Guido Mondin
 Daniel Krieger — (31).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE 20 DO MÊS EM CURSO:

1 — de agradecimento de comunicações relativas ao pronunciamento do Congresso Nacional sobre vetos:

Nº 340-65 — (nº de origem 628-65), com referência ao veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara número 170-64 (nº 815-B-62, na Casa de origem, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000, destinado a atender às despesas com o financiamento previsto na Lei nº 2.321, de 11 de setembro de 1954;

Nº 341-65 — (nº de origem 629, de 1965), com referência ao veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 57-65 (nº de origem 2.701-B de 1965, na Casa de origem), que estende aos remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre as disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril

de 1964, que institui o novo Código de Vencimentos dos Militares;

Nº 342-65 (nº de origem 630-65), com referência ao veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1964 (nº 315-B-63, na Casa de origem), que dá nova redação à alínea “c” do artigo 15 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, estabelecendo prazo trimestral para fixação dos preços de compra da borracha;

Nº 343-65 (nº de origem 631-65), com referência ao veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara número 83-65 (nº 2.738-B-65, na Casa de origem), que cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências;

II — de agradecimento da remessa de autógrafos de Decretos Legislativos promulgados:

Nº 344-65 (nº de origem 632-65) — Decreto Legislativo nº 76-65;

III — de restituição de autógrafos de Projetos sancionados;

Nº 345-65 (nº de origem 638-65) — autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 131-65 (nº 2.899-B-65, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. (Projeto que se transformou na Lei nº 4.759, de 20 do mês em curso).

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, como segue:

MENSAGEM

Nº 346, de 1965

(Nº 642, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do art. 205, § 1º, combinado com o art. 63, inciso I, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a indicação do Senhor José Bonifácio Coutinho Nogueira para preencher vaga atualmente existente no Conselho Nacional de Economia.

Os méritos do Senhor José Bonifácio Coutinho Nogueira, que induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam de seu anexo “currículum vitae”.

Brasília, 23 de agosto de 1965. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE JOSE BONIFÁCIO COUTINHO NOGUEIRA

Nascimento: São Paulo, em 3 de dezembro de 1923.

Cursos:

Cursos primários no Colégio São Bento.

Secundário no Colégio Rio Branco. Bacharelou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1947, onde dirigiu o movimento estudantil da Resistência Democrática.

Livros e Trabalhos:

“Nas terras de Hudson e de Potomac”.

“Trabalhando pela Pecuaría Leiteira”.

Autor do projeto de “Revisão Agrária”, encaminhado pelo Governador

Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa, posteriormente transformado na Lei nº 5.994, de 20.12.1960.

Cargos públicos e atividades empresariais:

Presidente da União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro — 1946.

Diretor Tesoureiro da Associação de Usineiros de São Paulo — 1946.

Fundou a Cia. de Administração e Representações Esber — 1947.

Criou a Comercial Açucareira e Cafeteira S. A. — 1950.

A convite do Governador Carvalho Pinto, assumiu em 1959 a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, cargo que exerceu até ser escolhido, por uma coligação de 7 partidos, para disputar o cargo de Governador do Estado.

Na Secretaria da Agricultura criou e organizou os seguintes órgãos:

Centro de Abastecimento da Capital, no Jaguaré, cobrindo mais de 480.000 m²;

A rede paulista de armazéns da CAOSSP;

Centro de Mecânica Agrícola de Jundiá;

Centro de Tecnologia dos Alimentos em Campinas;

Centro de Nutrição Animal de Nova Odessa;

Centro de Treinamento para post-graduados em Campinas;

17 Postos de Mecanização;

Mais de 300 Casas da Lavoura;

Os planos de colonização de glebas nos municípios de Campinas, Jau e Marília;

Início das obras do Jardim Botânico de São Paulo;

Plano de reflorestamento com o plantio de 60 milhões de árvores.

Fundou e foi o primeiro Presidente da Cooperativa de Cafeicultores de Campinas — 1960.

Presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos — 1961.

Diretor Superintendente da Usina Açucareira Ester S. A.

Diretor Superintendente da Usina Açucareira Tabajara S. A.

Diretor Superintendente da Companhia Agrícola São Quirino.

Diretor Gerente da Pecuária Anhuas Ltda.

Diretor Presidente da CONVEI — Cia. Nac. de Veículos Motorizados.

Diretor Secretário do Banco Comercial do Estado de São Paulo Sociedade Anônima.

Membro do Conselho Consultivo do Banco Federal — Itaú S. A.

A Comissão de Economia.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio:

Aviso nº AP-125, de 16 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 417-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

II — do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

Aviso GM-BR 1.152, de 23 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 402-65, do Sr. Senador Aarão Steinbruch;

Aviso GM-BR 1.155, de 23 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 334-65, do Senhor Senador Jefferson de Aguiar;

Aviso GM-BR 1.129, de 19 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 104-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Aviso GM-BR 1.123, de 20 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 389-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Aviso GM-BR 1.123, de 19 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 445-65, do Sr. Senador Aarão Steinbruch;

Aviso GM-BR 1.133, de 20 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 486-65, do Sr. Senador Adalberto Sena;

Aviso GM-BR 1.120, de 20 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 437-65, do Sr. Senador Aarão Steinbruch.

OFÍCIOS

Do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, de 1965

(Nº 67-A/63, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro a contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Nunzio Briguglio, como outorgado comprador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de compra e venda do imóvel situado na Rua Orville Derby, 64, na Cidade de São Paulo, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Nunzio Briguglio, com anuência de Pinto e Terras Ltda.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, de 1965

(Nº 70-A/65, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Senhor Koloman Schüller.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Senhor Koloman Schüller, para desempenhar a função de Auxiliar Técnico de Defesa Sanitária, na Divisão de Defesa Vegetal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, de 1965

(Nº 76-A/65, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda., como outorgada compradora.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do contrato de compra e venda do imóvel situado em Paperi-Chapeco, Estado de Santa Catarina, medindo 26.172 hec-

tares, firmado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda., como outorgada compradora, em data de 9 de novembro de 1949.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, de 1965

(Nº 90-A/63, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Mantém decisão denegatória de registro do contrato entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas denegando registro ao termo aditivo de 18 de dezembro de 1952 a contrato celebrado, em 9 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional, para manutenção do registro genealógico da raça no País.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, de 1965

(Nº 216-A/65, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União e o Governo do Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado, em 10 de maio de 1963, entre a União e o Governo do Estado de Santa Catarina, mediante a utilização de recursos provenientes da colocação de Letras do Tesouro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, de 1965

(Nº 218-A/65, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o Balanço Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), referente ao exercício de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o Balanço Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), relativo às suas atividades durante o exercício de 1963.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, de 1965

(Nº 4 077-C/65, NA ORIGEM)

Altera o art. 95, do § 3º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º, do art. 95, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Não será concedida subvenção ou financiamento ao estabelecimento de ensino que recusar matrícula a alunos por motivo de raça, cor, condição social, situação jurídica de sua filiação ou convicção política ou religiosa”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

PARECERES

PARECER

Nº 1.027, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 1965

Relator: Sr. Edmundo Levi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 1965, que suspende a execução do inciso IV do § 1º do artigo 27 da Constituição do Estado da Guanabara, de 27 de março de 1961.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1965. — Josaphat Marinho, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Lobão da Silveira.

ANEXO AO PARECER Nº 1.027-65
Redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 1965

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, ..., promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1965

Suspende a execução do inciso IV do § 1º do artigo 27 da Constituição do Estado da Guanabara, de 27 de março de 1961.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 22 de março de 1965, na Representação número 561, do Estado da Guanabara, a execução do inciso IV do § 1º do artigo 27 da Constituição daquele Estado, de 27 de março de 1961.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 1.028, de 1965

Redação do projeto, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 40, de 1964.

Relator: Sr. Lobão da Silveira

A Comissão apresenta a redação do projeto, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1964, que altera o Decreto-Lei nº 4.545, de 3º de julho de 1942.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1965. — Josaphat Marinho, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — Edmundo Levi

ANEXO AO PARECER Nº 1.028-65

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1964, que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 e a alínea d do art. 15 do Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Será a Bandeira Nacional, obrigatoriamente, hasteada em todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais nas entidades sindicais, nos estabelecimentos particulares colocados sob a fiscalização oficial e, bem assim, em quaisquer outras instituições particulares de assistência, letras, artes, ciências e desportos."

"Art. 15.

d) no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal Militar, nos palácios dos governos estaduais, nas assembleias legislativas estaduais, nas prefeituras municipais, nas câmaras municipais e nas repartições federais, estaduais e municipais situadas nas regiões fronteiriças, durante as horas de expediente."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Senado Federal aprovou o Requerimento nº 571, de 1965, de autoria dos Srs. Senadores Gilberto Marinho e Vasconcelos Torres, concebido nos seguintes termos: (Leitura)

**REQUERIMENTO
Nº 571, de 1965**

No dia 25 do corrente o País inteiro prestará, como o vem fazendo todos os anos, num culto de tão elevado sentido para a formação cívica dos brasileiros, homenagem ao Exército Nacional, como símbolo de força consciente, inquebrantável em sua missão de assegurar a perenidade da Pátria.

Requeiro que, na forma do disposto no art. 164 do Regimento, a essas homenagens, ao Exército Nacional e ao seu imortal patrono, o Duque de Caxias, em quem se sintetizaram de maneira tão eloquente e feliz, as excelentes virtudes do soldado brasileiro, se associe o Senado Federal, a elas dedicando o expediente da sessão daquela dia.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta Presidência, nos termos do Regimento Interno, decide transformar em sessão especial o período destinado às homenagens que, neste dia, se prestam, ao Exército Brasileiro, em torno do nome do seu patrono, Duque de Caxias.

Assim, a partir deste instante, o Senado funcionará em sessão especial para efeito das homenagens aprovadas.

Esta Presidência tem a honra de convidar o Sr. General Nogueira Paz, Comandante da 11ª Região Militar, a tomar assento à mesa.

Toma assento à mesa, à direita do Presidente, o Sr. General Nogueira Paz, Comandante da 11ª Região Militar.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O primeiro orador inscrito é o Sr. Senador Gui-

do Mondim, que falará pelos pequenos partidos representados no Senado Federal.

Tem S. Exa. a palavra.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Sr. General Nogueira Paz, DD. Comandante da XI Região Militar, Senhores Oficiais Superiores das Forças Armadas, Senhores Senadores, Alberto Torres, lembrando os Profetas de Israel que clamavam, uns após outros, no intuito de impedir que a Nação aceitasse os ídolos estrangeiros, repetirão um dia ao Brasil em prol da formação da consciência nacional: "Não terás outros deuses".

E com esta compreensão que o Senado da República homenageia neste instante o Exército Nacional sob a invocação do seu excelso Patrono, ao ensejo do transcurso do "Dia do Soldado".

Diria que esta compreensão decorre desse conceito de integração humana como tônica suprema de um povo que, em unidade, controla o seu destino. Não entenderia as Forças Armadas como um escalão à parte na comunidade brasileira. Na sua missão de manutenção da ordem interna e defesa permanente da integridade nacional, cumprem as Forças Armadas uma delegação do povo, do seu povo, do povo de cujo seio procedem e com que vivem naturalmente integradas.

Por isso mesmo, quando o Exército, na preservação de mística tão alta, realiza anualmente a sua Semana de comemorações, exaltando seu patrono na figura epórica do soldado perfeito que foi o Duque de Caxias, conjugam-se os nossos sentimentos nessa exaltação que transcende dos quartéis para o júbilo fraterno de todos os homens conscientes ciosos da nossa história e dos nossos feitos.

A nossa história militar está na história do Brasil. Nasceram juntas. Nossas tradições militares recuam no tempo, a começar, talvez, já com intensidade, quando desembarcaram aqui com o governador geral Tomé de Souza 600 soldados voluntários vindos de Portugal.

Transcorre o tempo e vemos já com o Brasil Reino, que em sua milícia aparecem nossas primeiras forças regulares, nossos primeiros grandes chefes embrenhando com os chefes europeus, generais nascidos no Brasil, guerreando e comandando com o mesmo uniforme abrochado de palmas de carvalho que os dos generais nascidos em Portugal. Lembremos, entretanto, que o príncipe regente veio encontrar o Brasil já liberto de todos os assaltos estrangeiros e do constrangimento da linha demarcada pelo tratado de Tordesilhas.

O Brasil constituir-se defendendo o litoral de piratas e de conquistadores, expandindo-se para o Ocidente, para o Norte e para o Sul. As nossas bandeiras na sua formidável expansão, filha do espírito inquieto da América, a tinham rompidas em todos os sentidos: era brasileira a terra dos sertões e araxás que se estende para o Oeste; brasileira a terra ao Norte e do mar doce amazônica e brasileira a terra abaixo da linha de Santa Catarina.

A espada e a cruz marcam os alicerces de nossa vida, moldando nosso corpo e nossa alma. Jamais se poderia por de parte, na avaliação do que seja o Brasil, a nossa história militar e o nosso sentimento religioso. Os dois valores positivos mais fortes e contínuos da nossa formação.

Não somos um povo eminentemente guerreiro, mas somos um povo que se formou na constância das lutas e dos sacrifícios, de maneira que o fator militar, inegavelmente, foi um dos maiores nessa formação.

Assim, quando D. João VI chegou ao Brasil era já longa a nossa tradição militar que não fugia à sua percepção tanto que, trazendo para cá

a Corte e o espírito da organização do velho reino lusitano, suas atenções voltaram-se logo para a milícia, verificando sua importância na conjuntura dos problemas a resolver. E quando se criam as Academias Militar e de Guardas-Marinhas, a Fábrica de Pólvora, os Arsenais, o 1º Regimento de Cavalaria, os corpos de caçadores do Norte e do Nordeste, núcleos daquela infantaria que um dia assombraria os platinos.

O século XIX é uma sucessão de epopéias em nossa história militar. Para gáudio do nosso civismo, pontilham-se de heróis as nossas lutas, como figuras de gestas e de lendas, culminando um dia, em distantes terras, no capítulo imortal de Monte Castelo.

Mas, se este dia é de júbilo, porque os nossos corações se exaltam na lembrança, extremamente difícil de condensar na síntese de um discurso, daquilo que constitui tanto orgulho nacional, não pode deixar também de ser de reflexões, quando sentimos que o presente está fugindo do culto ao passado, envoltos que estamos na trama universal dos nossos dias. Esta é uma época cruel de afrouxamento dos sentimentos, em que o da Pátria perigosamente se inclui.

Necessitamos, com urgência, deflagrar um largo movimento no sentido de despertar uma grande mística em torno daquilo que temos, daquilo que somos ou que podemos ser como povo. Não podemos esperar que outro Euclides da Cunha nos chiquele a face, obrigando-nos a mudar de rumo e a refazer, agora pelo espírito somente, o caminho das bandeiras, descobrindo o ouro que se sepulta pela inconsciência que se agrava em torno das nossas responsabilidades nesta hora.

Que estranho paradoxo assistimos no mundo dos nossos dias. Nos países comunistados, quando os sabemos sem Deus, procedendo sempre dentro do mais negregando materialismo, negadores dos sentimentos que embasam a solidificação das Pátrias no respeito à pessoa humana e nas suas manifestações espirituais, esses países empenham-se, com pugnacidade sistematizada, na formação de uma mística em torno de idéias e dos princípios que defendem. É paradoxal porque não se pode dissociar mística-civismo-espírito. Enquanto isso, nós espiritualistas e cristãos, defensores da Democracia, esquecemos que ela não resistirá se destruímos, pela inércia, pelo comodismo e pela insensatez, aqueles fatores que são a sua base e a razão única de sua perenidade.

Digo, com absoluta consciência, que parecemos imersos num fatalismo e num desgato, num desinteresse e numa apatia que nos levarão a imprevisíveis consequências se não compreendermos a necessidade de uma grande reação, tomada no seu sentido ético, sublimada pelo equilíbrio e pelo realismo fútil, alicerçada na restauração de perdidos valores em que a consciência do nosso passado, das nossas tradições, do estilo moral de vida que exigimos para o Brasil se faça a base poderosa da nossa educação.

Um grupelho comunista solta aos ventos, com apoio imediato e sistematizado das células enquistadas em mil órgãos de divulgação, de que se instalou no País o terrorismo cultural, mal são tomadas umas tímidas medidas no caminho dessa educação e logo logo influi para que se recue, com esse medo de parecermos passadistas reacionários, rançosos ou fascistas. Enquanto isso, em nome de uma falsa cultura, com objetivos de encomenda ou de uma arte de explicação hormonal, faz-se teatro deletério, como se já não tivéssemos mais recursos na temática de vestígios mensagens, ou se exibem filmes, rejeitados nos próprios países de origem, agora quase todos explorando o sexo, com predileção pelas taras sexuais, alinhando-se o cinema nacional nessa ansia de

cretinização das platéias, cu se realiza uma televisão de infimo nível, descendo-se à chatice dos vídeo-tapes de um humorismo de fazer tristeza, em que se destrói a gramática em cada frase, tudo nos dando a entender que se conspira contra a educação, o civismo, as tradições, contra a formação, enfim, dessa consciência que, perdida, será um mal de morte para o nosso País pois que aqueles são veículos de propagação que atingem as grandes massas populares, minando os lares, confundindo, dezerdando e rebaixando a tudo e todos.

A prosseguirmos assim, estaremos negando e destruindo o que até aqui penosamente construímos.

Nada vale para a dignidade a honra, a soberania, a independência, a grandeza e a glória de uma Pátria, serem seus filhos muito instruídos, mas inteiramente destituídos de capacidade moral. Não é pelo fato de possuir cientistas, juristas, literatos ou artistas que uma Nação se erige no esplendor da sua afirmação e da consciência do seu destino histórico. O que engrandece os povos e os torna livres é o sentimento comum da dignidade nacional que decorre do sentimento pessoal de cada membro da sociedade política. O rênio de um povo exprime um caráter próprio um modo de ser, uma tendência vocacional, uma consciência de missão histórica, uma aspiração a idéias que integram a permanência e a sobrevivência da Nação. "As Nações nascem quando aquele caráter se define, aquela modo de ser se fixa, aquela tendência vocacional se revela, aquela aspiração se torna o móvel das ações políticas dos indivíduos e dos Estados, enquanto que as Nações definham e morrem à proporção que vão perdendo o sentido de sua própria existência e encontram diante de si o vazio imenso de ideais a serem procurados".

Embora este instante de festa manifeste a minha inquietação. E se todos sentimos que há sintomas evidentes de saciedade da alma da Pátria, um só caminho se nos apresenta: assumir uma atitude doutrinária, abraçar uma ideia e dela não nos afastarmos em hipótese alguma, fazendo dela o pão de cada dia, transformando o pensamento em coluna de fogo, nela nos abrindo como quem se abriga de um temporal de ventos desorientantes, de lama avassaladora.

Enão se quisermos construir uma Pátria consciente, digna forte nas suas convicções, a obra urgente, imensurável, a encetarmos, é a da educação.

Ora, o Exército é, acima de tudo, uma escola de educação cívica de cultura moral do soldado, feita dia a dia, individualmente, na ministração de ensinamentos e na exemplificação edificante da sua própria disciplina, dentro de um conceito que experimentalmente como soldado e como cidadão. Farias Brito, da verdade sobre o universo e o homem.

O que o Exército Brasileiro faz trazendo para o povo envolvendo o novo nestas comemorações de exaltação de um nome da Pátria, a obra de educação que perfilhamos resuscitando em nós a consciência de que sabemos comandar e vencer as vicissitudes presentes.

Por isto mesmo insisto em proclamar a importância imensa que as nossas comemorações cívicas se tornam do que nunca assumem. Se ainda não somos capazes do culto cotidiano aos que tudo sacrificaram pela construção da nacionalidade salvamos pelo menos reverenciar sua memória na data que lhes é consagrada, como este dia em que sintetizamos nossos corações com o raiolar dos tambores e o clangor metálico dos clarins.

Feliz da Pátria que, no elenco dos seus homens índices, tem um Luiz Al-

ves de Lima e Silva. Dê-se se pode dizer, como se disse de George Washington: foi o "Primeiro na Paz, primeiro na guerra, primeiro no coração dos seus compatriotas", porque o magnífico pacificador, que colheu seus últimos louros nas Lomas Valentinas, foi um dos mais nobres vultos do soldado e de cidadão, lembrando a lenda do guerreiro grego, que curava as feridas com a própria lança que golpeava. Não se pode dizer do Duque de Caxias, sem que sejamos impulsionados a sentir que a sua espada, mais que de aço, era forjada de sabedoria, de civilização, de paz de sentimentos, de grandeza humana. Um dia, Sr. Presidente, fui prestar reverência aos nossos mortos no Cemitério de Pistóia. A brisa soprava na tarde tranqüila e diante de mim estendia-se a paisagem do campo santo na disposição simétrica de cruzeiros brancos. Ali dormi e sono peregrino os heróicos soldados de Caxias, porque pagaram, em plena metade do século XX, o supremo tributo pela liberdade dos povos. Evocando as Emoções que então vivi, estendo a eles o preito que ora prestamos ao seu eterno Comandante, dizendo como Leôncio Correia: "A vida foi-lhe uma áurea trajetória — na terra comecando, luminosa — rematando nos vértices da História". *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Padre Calazans, que falará pela União Democrática Nacional.

O SR. PADRE CALAZANS:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, nobres Senhores Senadores, Exma. Sr. General José Nogueira Paz, DD. Comandante da 11ª Região Militar. Ordens do dia, desfiles de tropas, toques de clarins em festa e o pavilhão nacional drapejando sob os céus da Pátria, acordam a consciência cívica do Brasil, e celebra o Exército Nacional, lembrando seus feitos gloriosos, seus grandes guerreiros e soldados, e entre aqueles o que é centro deste dia o patrono do Exército Nacional: Luiz Alves de Lima, Marechal do Exército, Senador do Império, Duque de Caxias, o condestável e guerreiro da paz.

Se todos os dias são oportunos para recordar e celebrar as grandes virtudes dos homens e os grandes dias da história, talvez nenhum tempo é tão oportuno quanto este para celebrar e recordar, isto é, "buscar a lembrança no coração", do que representa para todos nós, os que governam e os que são governados, o sentido da festa que ora celebramos.

Nenhum momento mais oportuno do que este. Depois que o povo fez uma penosa caminhada, sustentada pela força inquebrantável da fé, para chegar a dias mais seguros, mais pacíficos e mais dignos, para si e para a Pátria, do que celebrar as virtudes dos seus príncipes, contra o jogo aventureiro dos mercadores oportunistas da Pátria e da Política, e dos ambiciosos e valdoses baronetes do poder e das posições. Nenhum dia melhor do que este, para homenagear o Exército Nacional, que ao longo da vida política e nacional traz os seus labores e pavilhões com o símbolo da honra nacional e dos gloriosos feitos conquistados.

Nenhum dia melhor do que este, quando ainda resta esperança e confiança na alma e no coração do povo sofrido, para celebrar os feitos e as virtudes dos que amaram e serviram com humildade e fortaleza a Pátria e por ela sofreram, para que o povo fosse feliz e livre e o pão e a luz forte e clara fossem as garantias da paz e da segurança.

A Pátria, dizia Ruy — "não é ninguém, são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à

palavra, à associação. A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; a Pátria é o céu, o solo, o Povo, a tradição, a consciência, o lar, o beijo dos filhos e o tumulto dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não amam, os que não conspiram, os que não subvertem, os que não desaletram, os que não emudecem, os que não se agobam, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo. Porque todos sentimentos grandes são benéficos e residem, originariamente, no amor. No próprio patriotismo milita o princípio o mais difícil da vocação, e a sua dignidade não está no matar, mas no morrer. A guerra, legitimamente não pode ser o extermínio, nem a ambição; é simplesmente a defesa. Além desses limites, seria um flagelo bárbaro, que o patriotismo repudia. Ao celebrar os grandes lances da história e as virtudes dos seus príncipes, outra coisa não faz a Pátria, que ensinar o amor e a paz, a verdade, ao direito e a liberdade com a indústria do serviço despida do câncer das vaidades, das ambições e das vinditas miúdas que forjaram as almas dos civis e dos despostos, e não a dos santos e dos heróis".

Graças a Deus esta Nação orgulha-se do seu Exército e das figuras dos seus grandes guerreiros, que foram sempre civilistas amantes do Direito e da liberdade, sustentadores da ordem, forjadores e construtores da paz e da concordância nacional. E, pois, com respeito e admiração que veneramos, hoje, ao celebrar as glórias do nosso Exército e a sua grande missão ao longo de dias mais seguros, mais pacíficos e mais dignos da história, a figura impar do guerreiro e condestável da Paz, do Duque e Senador do Império, do Marechal do Exército, Duque de Caxias, símbolo de amor à liberdade e ao direito, símbolo da coragem e de destemor, do trabalho e da humildade a serviço da Pátria e da paz.

Nesta hora, do mundo, ainda tão vasia de segurança onde os homens em vão buscam em fórmulas os caminhos da paz, como se a crise do mundo, não fosse de um lado uma crise de líderes, isto é, de homens, de princípios, isto é, de caráter de virtudes; a figura de Caxias é para nós uma lição e uma advertência a dizer que a força ou está a serviço da paz da ordem, das liberdades e da justiça e da verdadeira democracia, ou ela se torna indigna do respeito dos homens.

Graças a Deus, gloriosa tem sido a jornada, a vida e a história de nossas Forças Armadas.

O Exército Nacional tem sido o vigia atento guardando a noite e o dia, para guardar a paz e a sorte da democracia no Brasil.

Que o espírito altamente democrático e cristão de Caxias continue sendo o grande escudo e a grande luz para o glorioso Exército Nacional a serviço da Pátria e do Direito. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Gastão Müller, pelo Partido Social Democrático.

O SR. GASTÃO MÜLLER:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente — Senhor General Nogueira Paes — Comandante da 10ª Região Militar — Senhores Oficiais das Forças Armadas — Senhores Senadores, é um dever cívico de todo o povo que se orgulha da sua nacionalidade, relembrar sempre os seus heróis, as figuras máximas da sua História. Hoje todo o Brasil, comemora e assim aviva na mente de todos nós a figura insigne daquela que é, sem

favor nenhum, o maior gênio militar que o Brasil já produziu, — Luiz Alves de Lima e Silva — o Duque de Caxias. O nosso Exército tem em Caxias o seu símbolo e o seu patrono. No dia de nascimento desse ilustre soldado, o Exército Nacional, tem o seu grande instante e é nessa data que não só se relembra a vida do notável cabo de guerra, como é o momento em que o Exército, faz com que milhares de soldados brasileiros, "jurem a Bandeira", símbolo sagrado da Pátria, lembrando aos jovens reservistas que devem na vida militar ou civil, mirarem-se no exemplo de honradez, de patriotismo e de bravura do incomparável militar e cidadão brasileiro que foi Luiz Alves de Lima e Silva.

Houve por bem o meu Partido, numa gentileza que muito me honra, determinar que eu interpretasse os sentimentos da bancada, relembrando a obra de Caxias, como militar e como homem público, e, assim prestar uma homenagem ao Exército Nacional, viveiro de patriotas, de homens de bem, de cidadãos que norteados pelo espírito de Caxias, mantêm acima de tudo o amor a legalidade, respeito absoluto aos poderes constituídos e como aspecto dos mais característicos a desambição do poder, traços também dos mais marcantes da vida de Caxias.

O momento histórico que vivemos, é dos mais sérios da vida nacional, pois faz pouco tempo, as Forças Armadas brasileiros de um modo geral e especialmente o Exército de Caxias, executaram uma das mais sérias jornadas da nossa História, extirpando o perigo que nos ameaçava, isto é, de termos no poder, doutrinas exóticas que não se afirmam com o espírito e a índole do povo brasileiro.

Essa tomada de posição das Forças Armadas, na hora certa, trouxe em consequência, maiores responsabilidades, grandes deveres, enormes obrigações para com o povo brasileiro. Sabemos que o Exército Nacional, por intermédio dos seus mais notáveis líderes da atualidade, tem procurado corresponder a essa expectativa e a prova mais cabal do que afirmamos, está na eleição para a Presidência da República de um dos maiores valores do elenco de Chefes militares do Brasil dos nossos dias, o Senhor Marechal Castello Branco. A escolha pelo Congresso Nacional, que representa as aspirações do povo brasileiro, de um líder militar para exercer a supremacia magistratura do país confirma e reafirma o nosso conceito de que o povo brasileiro compreendeu que as responsabilidades das forças armadas e mais precisamente do Exército brasileiro, mais se avolumaram diante da Nação, dando a um homem das suas fileiras, a árdua missão de colocar o Brasil, no regime de ordem e de austeridade, tão necessárias ao desenvolvimento da Pátria, dentro do lema "Ordem e Progresso".

O conceito de Emerson, sobre Napoleão, foi o seguinte: "A arte da guerra foi o jogo onde Napoleão exerceu a sua matemática".

Achamos que tal conceito se enquadra perfeitamente ao maior General do Brasil — Luiz Alves de Lima e Silva.

O 1º General da nossa História, veio ao mundo com o determinismo de ser o gênio militar da sua pátria.

Os galões de Lima e Silva, lembram atos memoráveis, obras que o imortalizando.

Como tenente já cumpria trabalho árduo, ir a Bahia, dar combate ao Brigadeiro Madeira de Melo que à frente das forças de além mar, não aceitava, como fato consumado a Independência.

Como Capitão, em 1825, vamos encontrá-lo em Montevideu, Capital da província Cisplatina, a fim de combater Lavalleja que se revoltou contra o Império. Nessa época, graças

aos seus feitos pessoais e como líder incontestado dos seus subordinados, recebe o comando das linhas de vanguardas na frente da Capital da província e bravamente atravessava as linhas inimigas. Esses seus feitos dão-lhe o posto de Major.

Regressa à Corte, sendo designado Comandante do 2º Batalhão do Imperador. Estava nesse comando quando do 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdica o trono. O Major Lima e Silva permanece no seu posto até o fim, só indo unir-se aos seus camaradas no Campo de Sant'Ana, quando o Imperador o libera dando por terminada a sua missão.

Nesse momento histórico há uma passagem que merece ser recordada: D. Pedro destronado indagou se todos os soldados haviam abandonado a Guarda dos Paços, e, ouviu a resposta: permanecem poucos da guarda de honra, Majestade, o que deu ensejo ao comentário de D. Pedro: "Poucos, mais fiéis e leais". Como já afirmamos anteriormente, entre, "os poucos, mais fiéis e leais", estava o Major Lima e Silva.

Logo após o episódio de 7 de abril, sabe-se que o país viveria um dos momentos mais críticos da sua história. A desordem era geral. O governo improvisado não se sentia em condições de enfrentar a onda anárquica. Nesse instante a Regência escolhe o homem certo para o lugar certo, convidando o Padre Feijo para o Ministério da Justiça. Este por sua vez, também foi buscar o homem indicado para manter a ordem pública, nomeando como comandante da Guarda Municipal, no Rio, o Major Lima e Silva, aquele que fora fiel ao Imperador deposto. Talvez tenha sido essa incumbência uma das mais espinhosas de Lima e Silva.

Tinha ele de qualquer forma, entre seus próprios patricios, manter a ordem a fim de tornar-se possível a ação dos poderes constituídos. As paixões políticas desenfreadas, paralelamente aos outros fatores, faziam conflitar o Maranhão, na luta inglória da Balaiada, pois, era guerra entre irmãos. Nessa ocasião, vamos encontrar Caxias, como Coronel, comandando as tropas em operação naquela província, bem como no governo da mesma. Era o pacificador em ação. O seu manifesto aos patricios do Maranhão é um modelo de bom senso, de equilíbrio e de patriotismo. Dizia ele aos maranhenses: "Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e confiando na Divina Providência que tantas vezes, nos tem salvado, espero achar em vós, tudo que for mister para o triunfo da nossa santa causa." A causa era santa e Lima e Silva retorna ao Rio, como representante daquela província na Câmara dos Deputados e com o título de Barão de Caxias.

Em 1842, Caxias está em São Paulo, lutando contra os rebeldes de Feijó e do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Cumprindo as ordens superiores, dissolve a Revolta, levando os revoltosos a ferro e fogo.

Não podia porém, descansar, Caxias o Deus da Guerra, chamava-o aos campos de batalha. O Rio Grande do Sul exigia a sua presença e lá como comandante das forças em operação e presidente da província, enfrenta os revolucionários, os Farrapos, que mantinham em seu poder quase toda a província. No Rio Grande do Sul brilha de forma impressionante a estrela do patrono do Exército brasileiro. A sua grande atuação evita o desmembramento do Brasil, apelando para os sentimentos de brasilidade do ativo povo gaúcho. Na sua mensagem a David Canabarro, diz estas palavras antológicas: "Abrace-mo-nos e amonômos para marcharmos não peito a peito, mais ombro a ombro em defesa da Pátria que é a nossa mão comum".

Quando em 1851, lutou-se contra Orlho e Rosas — David Canabarro e os gauchos combateram sob as ordens de Caxias, cabendo a Canabarro o comando da vanguarda do Exército Imperial Brasileiro.

Em 1855 Caxias exercia o cargo de Ministro da Guerra e de 1863-1864 as funções de Senador do Império.

A Guerra do Paraguai, deparou-se com Caxias, no Senado. Somente após dois anos do início da guerra Lopes-Guila, pôde Caxias assumir o comando das forças em operação na liderança das tropas da Triplíce Aliança, Caxias, mais uma vez, demonstrou a sua capacidade, o seu gênio militar. As vitórias consecutivas determinaram praticamente o fim da Guerra, levando Caxias, a 5 de janeiro de 1869, a entrar vitoriosamente em Assunção, ocupada desde 1º de janeiro pela Brigada de Infantaria comandada pelo então Coronel Hermes da Fonseca.

Retornando a Pátria, voltou ao Senado e foi nomeado para o Conselho Superior de Justiça Militar, vindo posteriormente, em 1875, a exercer a presidência do Ministério. Mas, Caxias, foi acima de tudo militar e pouco político, tendo mesmo declarado, conforme Capistrano de Abreu: "preferir anos de guerra mais dura a meses de ministério".

Essas Senhor Presidente, são em rápidas pinceladas a história do Duque de Caxias — o patrono do Exército Nacional. O vulto notável desse brasileiro se ariganta de tal forma que a sua vida confunde-se com a própria história do Império do Brasil. O que nos empolga na sua biografia, sobretudo, é a desambição do poder, pessoal, bem como a sua imensa dedicação e respeito à justiça. As suas proclamações não dão a medida desse espírito que o norteava.

Nossas homenagens, portanto, ao exército nacional, na pessoa do seu atual Chefe Supremo, Senhor General Arthur da Costa e Silva, digno Ministro da Guerra.

Desejamos que a liderança do Exército de hoje possa dirigir a sua atividade, dentro do espírito de Caxias, praticando acima de tudo justiça, dentro do Conselho daquele outro grande estadista e líder militar Caio Júlio Cezar que fez este magistral pronunciamento, perante os seus soldados: "Devemos pensar na justiça antes de tudo. Com ela a força das armas podem conceber todas as esperanças. Sem ela, nada é sólido. (Muito bem! Muito bem! Palmas)"

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Oscar Passos, pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. General Nogueira Paz, Cmt. da 11ª R. M., Srs. Oficiais das Forças Armadas, comemora-se hoje, 25 de Agosto, o Dia do Soldado, tradição que se firmou no nosso calendário cívico em reverência àquelas que souberam honrar a Pátria, servi-la com desprendimento e dar-lhe dedicação durante existências inteiras de serviço, ou até mesmo o sangue e a vida.

Falar dos feitos do soldado brasileiro é rememorar um passado de glórias, que abraça todos os instantes decisivos da nossa vida, na Independência, no Império e na República; é perflustar, página por página, os fatos da nossa história, marcados pelo desprendimento, pela bravura, pelo patriotismo e pelo sacrifício: é lembrar as Campanhas do Pacificador, a Cisplatina, a Guerra do Paraguai, as revoluções internas, a Campanha da Itália e todos os marcos da nossa evolução política, no Império, como na República, onde a galhardia e a intrepidez do soldado brasileiro marcaram inde-

livelmente os rumos desses acontecimentos históricos.

Em todos esses feitos o soldado brasileiro se destaca pela bravura face ao inimigo, a quem não dá quarter, mas também pela bondade, pela ausência de ódio, pela brandura e pela desambição, finda a peleja.

Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, é o símbolo dessas virtudes, é o patrono do Exército Brasileiro.

Sua vida militar, dedicada inteiramente ao serviço da Pátria, inicia-se aos 5 anos, quando foi designado cadete. Aos 15 era alferes e aos 18, como Tenente, enfrenta em combate, na Baía, as tropas portuguesas, que se opunham vigorosamente à nossa Independência.

Dai até os 77 anos de idade, quando morreu, envolvido pela gratidão da Pátria, não deixou nunca de servi-la e servir à Coroa, a que sempre esteve ligado por uma fidelidade, que nem as intrigas, nem as ingratidões, nem a ambição pessoal foram capazes de quebrar.

Caxias, cognominado o Cidadão-Soldado, legou-nos uma lição que precisa ser cultivada, nos dias de hoje e destacada, em calor, neste momento: é a sua irremovível vocação civilista que, em nenhum instante da sua gloriosa trajetória militar e política deixou insinuar-se, no seu espírito, o desejo de transformar o Brasil num país militarista ou a ambição de pessoalmente refer o poder nas mãos.

General insigne, destrocava as rebeliões ou enfrentava, com vantagem, o inimigo externo, reduzindo-o à condição de vencido. Em seguida, como político hábil, cuidava de reorganizar a vida nacional, abalada pelo evento, de restabelecer e amparar o poder civil, do qual sempre foi o esteio e de cimentar a unidade nacional, de que ele foi o sustentáculo.

Caxias, o soldado do passado, deve servir de exemplo aos soldados do presente, pela disciplina, pela coragem e pela bondade, com que sempre agiu como chefe militar; pelo amor à Pátria pela desambição, pela tolerância e pela sazonidade política que ele invariavelmente demonstrou como cidadão, como soldado e como político: amor à Pátria, porque a ela dedicou todos os instantes da sua vida; desambição, porque jamais buscou destruir as vantagens que lhe pudessem advir da sua ação militar: tolerância, porque não alimentava o ódio, não admitia a perseguição política, destacada, com calor, neste momento: nem se deixava arrastar por sentimentos de vingança: sazonidade política, porque preferiu sempre somar, em benefício da unidade e da grandeza da Pátria, quando tantos outros procuravam dividir.

É este o homem, cuja memória reverenciamos hoje e que cada vez mais se ariganta aos olhos das gerações presentes, pelos exemplos insuperáveis que ele nos legou.

O Partido Trabalhista Brasileiro, pela sua bandeira nesta Casa, curva-se respeitosamente ante a memória do Patrono do Exército, o imortal Duque de Caxias, mas também reverência, neste momento, o soldado anônimo de todos os tempos, que deu sua vida pelo bem da Pátria Brasileira, nas campanhas internas como nas guerras externas, em defesa da ordem, da lei, da democracia e da liberdade.

Honra e glória ao Soldado Brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Esta Presidência assinala e agradece a presença do Senhor General Nogueira Paz, dos dignos Oficiais da Aeronáutica, da Marinha e do Exército brasileiros a sessão especial que o Senado acaba de realizar em homenagem ao patrono

do Exército Nacional, General Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

As manifestações do Senado Federal são a expressão bem viva dos sentimentos que existem no coração de todo o povo brasileiro, de respeito, de admiração pelas nobres virtudes dos soldados de nosso País. Não há dúvida de que foi na ação do Duque de Caxias e de seus valorosos sucessores que a Nação adquiriu consciência de que as Forças Armadas representam, efetivamente, o sustentáculo da Pátria, da Lei, da Ordem, dos Poderes Constitucionais, que repousam na garantia que lhes possam dar as forças militares de nosso País.

Para defender esses valores é que se destinam o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Essas três entidades têm revelado, através da História do Brasil, a determinação de desempenhar com fidelidade e com lealdade a patriótica missão de garantir a normalidade da vida do nosso povo, com a permanência das suas mais válidas instituições.

As Forças Armadas do Brasil devemos, indiscutivelmente, o longo período de paz que a nossa Pátria, ao contrário de tantas outras em tantas partes do mundo, tem podido viver.

O novo brasileiro, vê, nos homens que envergam a farda em defesa do nosso país, aqueles que são, permanentemente, guardiães e defensores da Lei, da ordem e dos poderes constitucionais da República.

Esta é a razão por que a Constituição brasileira, declarando as instituições permanentes, as organizou com base na hierarquia e na disciplina. Hierarquia e disciplina são condições que a Constituição impõe sejam preservadas, e ninguém poderá nelas tocar sem destruir a própria estrutura das Forças Armadas do nosso País.

Com esta declaração, associo a Mesa do Senado às homenagens que acabam de ser prestadas, de maneira tão brilhante, pelos ilustres Srs. Senadores que ocuparam a tribuna, ao grande soldado Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, e às Forças Armadas do País.

Ao declarar encerrada esta parte da sessão convidei a todos para a recepção que a Presidência, a Mesa do Senado e o Senado Federal oferecerão aos ilustres Militares presentes, no Salão Nobre desta Casa. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

A sessão é suspensa às 15 horas e 40 minutos e reaberta às 16 horas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) Está reaberta a sessão.

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, falo por delegação dos meus eminentes colegas representantes do Rio Grande do Sul, Senador Daniel Krieger que ora preside nossos trabalhos, para comunicar, oficialmente, a Casa o que, infelizmente, já é do conhecimento de toda a Nação: a extrema, a excepcional, quase única gravidade da catástrofe que se abateu sobre o nosso Estado. Chuvas, em intensidade e extensão jamais vistas, levaram o luto, o infortúnio, a paralização do trabalho praticamente, a todo o território rio-grandense. As chuvas continuam, não se sabendo até que extremos atingirá o quadro de luto e de sofrimento.

O Rio Grande está, praticamente, isolado do resto do Brasil, por terem ruído as principais pontes de comunicação com Santa Catarina. Há inúmeras usinas elétricas municipais paralizadas. Esgotos sanitários romperam-se. A neve caiu em tal volume que algumas dezenas de milhares de pequenas casas ruíram ao seu peso. Há

mortes em tal número que ainda não se pôde verificar. São sem conta as fábricas e as empresas que tiveram paralisados seus trabalhos. Há, em consequência, uma estagnação na vida econômica e comercial do Estado com reflexos evidentes na sua arrecadação.

Vou ler, Senhor Presidente e Senhores Senadores, para que conste dos Anais da Casa, o ofício que o Governador do Estado dirigiu aos Senadores e Deputados rio-grandenses e que bem espelha a tragédia que se abateu sobre o Rio Grande.

Diz o Governador:

(Lendo):

Ofício Circular G/4
GBV,tec

23 de agosto de 1965

Senhores Senadores e Senhores Deputados do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional:

É contristador o quadro que me leva a escrever-lhes, cientificando-os dos últimos acontecimentos que feriram, quase de morte, a economia do nosso Estado.

Chuvas torrenciais e ininterruptas, caídas em todo o Estado, assumiram aspectos catastróficos, eis que jogaram ao desabrigo, milhares de famílias que tiveram suas casas invadidas por águas avassalantes, que tudo arrasam e tudo destroem.

Os rios têm seu volume de água de tal sorte aumentado, que saindo de seu leito, produzem estragos, incomensuráveis, muito superiores aos verificados em 1941, ano marcado que foi como o da maior enchente, até então verificada no Estado do Rio Grande do Sul.

O nível das águas do Rio Pelotas ultrapassou em dois (2 metros) o máximo atingido em 1941.

A ponte deste rio, não resistindo à impetuosidade das águas, ruíu.

O Estado do Rio Grande do Sul, ligado ao de Santa Catarina pela BR-2, está, pois, isolado dos demais estados da União.

Todas as comunicações rodoviárias com o resto do Brasil estão interrompidas.

As notícias providas do interior do Estado vêm sendo as mais alarmantes: Passo Fundo, Getúlio Vargas, Erechim, Marcelino Ramos, Nonoi, Irai, Frederico Westphalen, Coíten, Horizontina, Três Passos, Porto Lucena, Tucunduva, Itaqui, Aratiba, Itatiba, Herval Grande, todas situadas na zona do Rio Uruguai.

No Rio Taquari: Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Rocca Sales e Guapore;

No Rio Cai: Cai e Montenegro;

No Rio dos Sinos: São Leopoldo e Canoas.

As enchentes, não só nessas cidades como em todos os outros pontos do Estado, levaram consigo casas, móveis, utensílios, destruíram lavouras, interromperam os serviços de electricidade, de telefonia e de telefonia, suprimiram o funcionamento de hidráulicas e esgotos.

Foram destruídas pontes, pontilhões, boeiros; milhares de estradas municipais e estaduais estão em péssimas condições, dificultando, se não impossibilitando totalmente, o tráfego.

Mais de 30.000 casas foram destruídas.

Mais de 60.000 pessoas evacuadas.

Neve tem caído, com considerável intensidade, em vários municípios, agravando ainda mais a situação.

O Guaíba, recebendo todos os rios da bacia do Jacuí, cobra de Porto Alegre, como sempre, os mais pesados tributos.

Os levantamentos procedidos atestam, até a presente data, so-
em Porto Alegre, dezesseis mil
(16.000) pessoas retratadas de suas
casas; abrigadas, alimentadas, ves-
tidas, medicadas, enfim, assistidas.
O Governo do Estado vem dando
a mais ampla cobertura. Comis-
sões municipais orientadas por
membros de uma comissão esta-
dual, vêm fazendo um levantamento
completo da calamitosa situação
reinante.

A vida econômica, social, comer-
cial e administrativa do Estado
está completamente alterada.

Os prejuízos são incalculáveis.

Digno dos maiores encontros, é,
sem dúvida, Senhores Senadores
e Senhores Deputados, o decidido
apoio prestado pelas autoridades
federais. — III Exército, Aeronau-
tica e Marinha — pelas autorida-
des municipais e pelas coletivida-
des que vêm contribuindo valiosa-
mente, com seu trabalho, sua de-
dicação e seus esforços, no sen-
tido de minorar o sofrimento da-
queles que foram mais direta-
mente atingidos.

Em data de ontem, tive oportu-
nidade de dirigir telegrama via
WESTERN, ao Excelentíssimo Se-
nhor Presidente da República, va-
zado nos seguintes termos:

Marechal Humberto de Alencar
Castello Branco

DD Presidente da República

Brasil

Tendo em vista agravamento si-
tuação criada neste Estado, além
desabamento ponte ligação Rio
Grande Sul aos demais Estados
País, decorrente efeitos danosos
chuvas torrenciais continuadas, e
produzindo grandes inundações
varias localidades interior, e ca-
pital, e acrescidos nevasdas e
frios intensos, e et considerando
estreita relação tais acontecimen-
tos, e acrescidos nevasdas e
Viação, e solicito fineza vossencia
designar seu ilustre titular, e na
qualidade observador pessoal, vos-
sencia, e vir este Estado a fim
proceder verificação in loco, real
extensão danos, e que antecipo
serem de vultosa proporção, e
ainda incalculável, e grato suas
prontas providências, e Atencio-
sas Saudações.

Ildo Meneghetti, Governador Es-
tado

Hoje, dia 23, as águas começam
a baixar, no interior do Estado.
Todavia, continuam a elevar-se
na Capital.

Eis, em resumo, o que se está
passando no Rio Grande do Sul.

Atenciosas Saudações, Ildo Me-
neghetti, Governador do Estado.

Eis, em resumo, o que se está pas-
sando no Rio Grande do Sul.

O Sr. Atilio Fontana — Concede-
me V. Exª um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muita
honra.

O Sr. Atilio Fontana — V. Exª po-
de acrescentar ao impressionante re-
lato que traz à Casa que, ainda hoje,
no meio dia, escutei, pela Rádio Gua-
íba, de Porto Alegre, que continua
chovendo, tanto na Capital como no
interior do Rio Grande e, principal-
mente, em Santa Catarina.

O SR. MEM DE SÁ — Agradeço o
aparte de V. Exª.

O Sr. Jefferson de Aguiar — V.
Exª permite um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muita
honra.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Te-
nho grande admiração pelo Estado do
Rio Grande do Sul, e profunda esti-

ma pelo povo gaúcho, eis que, inclu-
sive, tenho um ramo da minha fa-
mília em Dom Pedrito, naquele Es-
tado, onde convolou núpcias um dos
meus tios. Portanto, não só porque
a solidariedade dos brasileiros em fa-
vor do povo gaúcho, e do grande Es-
tado é indeclinável dever de todos
nós, mas também, especialmente por
esta circunstância devo manifestar a
V. Exª, ao povo gaúcho e ao seu go-
verno, o meu apoio na ocorrência
dessa tragédia que demanda imediata
providência do Governo Federal em
socorro do governo do Estado. Acre-
dito que o honrado Marechal Castel-
lo Branco abrirá crédito extraordiná-
rio e prestará ao Governo do Rio
Grande a assistência indispensável
para impedir que os gaúchos sofram
mais aflições que as já descritas pelo
Governador Ildo Meneghetti. Poderá
V. Exª contar com a minha solida-
riedade e, acredito, com a de todo o
Senado, que lamenta sinceramente a
ocorrência e manifesta seu apoio ao
povo gaúcho e do Governador do seu
Estado.

O Sr. Joaquim Parente — (com as-
sentimento do orador) — Nobre Se-
nador Mem de Sá, desejo, em meu
nome pessoal e em nome da Banca
do meu Estado, dizer a V. Exª que
o Piauí acompanha, com profundo
pesar, o que está ocorrendo no Rio
Grande do Sul. Desejo neste mo-
mento, apresentar a V. Exª a nossa
inteira solidariedade e estou certo de
que o honrado Presidente Castello
Branco não faltará ao apelo que V.
Exª está fazendo no sentido de que o
nobre povo gaúcho seja atendido com
a maior presteza possível pelos so-
frimentos que ora está passando em vir-
tude das enchentes que assolam
aquele Estado.

O SR. MEM DE SÁ — Agradeço
profundamente sensibilizado, e não
será exagero dizer comovido as pa-
lavras de solidariedade dos Srs. Sena-
dores Jefferson de Aguiar e Joaquim
Parente, nas quais vejo, mais uma
vez confirmada, a inalterável solida-
riedade e a indestrutível união do po-
vo brasileiro.

O Sr. Martins Júnior — Permite
V. Exª um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com prazer.

O Sr. Martins Júnior — V. Exª vai
me permitir também que o Norte, o
Pará, se associe ao pesar pelo infau-
sto acontecimento, rogando a Deus que
socorra imediatamente o grande Es-
tado sulino.

O SR. MEM DE SÁ — Agradeço
igualmente, as palavras confortadoras
do nobre Senador Martins Júnior.

Devo dizer, encerrando esta comu-
nicação, que o eminente Presidente
da República se tem mostrado soli-
cito em atender aos apelos que o po-
vo e o Governo do Rio Grande do
Sul lhe estão fazendo.

O Ministro Juarez Távora, não po-
dendo ir logo, pessoalmente, ao Es-
tado, impedido que estava, inclusive
por motivo de saúde, mandou um en-
genheiro de sua confiança fazer o le-
vantamento dos danos causados e das
medidas necessárias.

O General Osvaldo Cordeiro de Fa-
rias, que é rio-grandense e Ministro
Extraordinário, seguiu para o Rio
Grande, como enviado especial do
Governo Federal, com a mesma fina-
lidade.

O Sr. Melo Braga — Permite V.
Exª um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito
prazer.

O Sr. Melo Braga — Quero trazer
a minha solidariedade ao ilustre re-
presentante do Rio Grande do Sul,
mesmo porque estamos sabendo das
dificuldades por que está atravessan-
do aquele Estado em face das en-
chentes que destuíam a ponte pro-
visória sobre o rio Pelotas, levando

o seu madeirame a romper a ponte
de concreto armado construída há
pouco mais de um ano. Sabemos que
200 km. aquém e além daquela ponte
formam-se filas de caminhões de car-
ga sem poder fazer o devido trans-
porte. Quero informar a esta Casa
que a Cia. Nossa Senhora da Penha,
que faz o transporte de passageiros
entre Rio de Janeiro e Porto Alegre,
resolveu, em convênio com a VARIG,
organizar uma ponte aérea entre o
Rio e Curitiba e daquela cidade para
Porto Alegre, para, assim, atender
aqueles que demandam do Rio de
Janeiro para o Rio Grande do Sul.
Ainda quero informar a esta Casa
que a dita empresa hoje, está pro-
movendo o transporte do Rio de Ja-
neiro a Curitiba, via Florianópolis,
através da BR-59, que nós sabemos
se encontrar em estado precário. Es-
ta rodovia de grande significação pa-
ra a economia do Sul do País, como
disse, encontra-se ainda em estado
precário. Todavia, o Sr. Ministro da
Viação promete providências no sen-
tido de brevemente iniciar o seu as-
faltamento. Aproveito esta oportuni-
dade para fazer um apelo ao Sr. Mi-
nistro da Viação no sentido de que
mande abrir o trânsito do trecho as-
faltado entre Florianópolis e Itajaí,
e bem assim o trânsito sobre a ponte
do Rio Itajaí, que já se acha concu-
rida, de longa data, e que ainda não
está servindo ao público visto que se
utiliza, no momento, uma balsa que
funciona em estado precário. Por is-
so, associo-me às palavras do ilustre
representante do Rio Grande do Sul
e desejo que seja realizada, em breve,
por parte do Governo, essa indispen-
sável obra.

O SR. MEM DE SÁ — Agradeço,
igualmente sensibilizado, a manifes-
tação do eminente colega pelo Para-
ná, Senador Melo Braga.

Dizia que o Governo se está mos-
trando solícito. Hoje foi para lá o
General Cordeiro de Faria e está pro-
jetada uma visita do próprio Presi-
dente da República para sábado. É
verdade que essa visita deveria ser
um motivo de alegria para o Presi-
dente, que ia assistir a uma das fes-
tas mais caras ao Rio Grande, a
grande exposição pecuária do meu
Estado, a qual se realiza nesta época
do ano, em Porto Alegre, e que já fi-
gura entre as maiores de todo o
continente, sendo comparada à que se
realiza em Palermo, na Argentina. O
Presidente da República encontrará
sem dúvida, um quadro de luto, mas
seria oportuno que ele pudesse, in
loco, medir a extensão e a gravidade
do drama econômico que vivemos.

Realmente Sr. Presidente, o Rio
Grande do Sul sozinho não poderá
superar as dificuldades. Já estava vi-
vendo situação financeira extrema-
mente difícil. Agora, essa intempérie,
essa inclemência do clima, levou à
perda de estradas, de comunicações,
de usinas de gado de lavoura, parali-
zação da indústria e do comércio.

Urge, pois, que o Brasil estenda sua
mão a quem sempre se tem desvela-
do em concorrer no limite de todos
os seus esforços, em benefício da Pá-
tria comum. Estou certo de que o
Brasil, tão bem representado por
eminentes colegas que manifestam
generosamente sua solidariedade, sa-
berá concorrer para que as aflições
do Rio Grande passem o mais rápi-
damente possível.

O Sr. Eduardo Catalão — Permite
V. Exª um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Tem o
aparte V. Exª.

O Sr. Eduardo Catalão — V. Exª
receba, como representante do povo
do Rio Grande do Sul, a nossa soli-
diedade, bem como o apolamento a
todas as medidas que, porventura, o
Governo Federal venha a propor.
Neste instante, falo a V. Exª em no-
me também dos companheiros da
Bancada Trabalhista.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite o
nobre orador um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Tem o apar-
te V. Exª.

O Sr. Heribaldo Vieira — Senador
Mem de Sá, V. Exª, pode ficar certo
de que o Rio Grande do Sul, nesta
hora, tem o apoio de todos os Esta-
dos e, particularmente, de todos os
seus companheiros nesta Casa. Admi-
ro V. Exª pelo orgulho que tem em
pertencer ao Rio Grande do Sul. A
solidariedade do Estado de Sergipe
é ainda maior, porque também nós
estamos passando por grandes vicissi-
tudes neste momento: o Estado de
V. Exª, pelo excesso de chuvas e o
nosso pela falta. Todavia, a calamida-
de não é tão grande quanto a que
ocorre no Estado de V. Exª. Estou cer-
to de que o Sr. Presidente da Repú-
blica usará dos meios constitucionais
que estão às suas mãos para pedir ao
Congresso, posteriormente, um cré-
dito extraordinário, em vista de ala-
midade pública, que é o que está
ocorrendo no Estado do Rio Grande
do Sul, indo com a maior pressa em
socorro das vítimas no grande Es-
tado de V. Exª.

O Sr. Padre Calazans (Com as-
sentimento do orador) — Sr. Senador
Mem de Sá, em nome do povo do
Estado de São Paulo, de quem sou um
dos representantes nesta Casa, quero
trazer minha solidariedade a todas as
medidas que o Governo adotar em
socorro do Estado do Rio Grande do
Sul, ou que propuser a esta Casa para
atender às aflições do povo gaúcho,
como do povo catarinense, duramen-
te atingidos pelas intempéries que lá
trouxeram tantos sofrimentos e an-
gústias. Outra coisa não será tal atitu-
de senão a comprovação do verda-
deiro espírito de fraternidade, de
sentimento profundamente cristão, que
tem sido sempre o marco da grande
Nação brasileira, de todos os Estados
da Federação.

O Sr. Gastão Müller (Com as-
sentimento do orador) — Senador Mem de
Sá, creio que, no momento, sou o úni-
co representante do Estado de Mato
Grosso aqui presente. O Estado de
Mato Grosso está ligado histórica-
mente ao Rio Grande do Sul. Há cer-
ta zona do nosso Estado beneficiada
pelo pioneirismo dos gaúchos. De mo-
do que não poderíamos estar ausen-
tes na solidariedade ao Rio Grande
do Sul, no momento em que sofre es-
sas intempéries. Receba, em meu no-
me pessoal, em nome de Mato Grosso,
o apoio integral a todas as medidas
que houver por bem o Governo Fe-
deral tomar em benefício do povo gaú-
cho.

O Sr. José Guimomar (Com as-
sentimento do orador) — V. Exª, Senador
Mem de Sá, há-de compreender per-
feitamente que, neste desfile a que
estamos presenciando de apoio, e so-
lidariedade às agruras do seu gran-
de Estado, não podia faltar a do pe-
queno Estado do Acre por motivos
históricamente bem conhecidos por V.
Exª. Estamos ligados ao grande Es-
tado do Rio Grande do Sul pela própria
incorporação nossa ao Brasil. Aceite
V. Exª, pois, da parte do mais lon-
gínquo Estado esta solidariedade, que
é um dever nosso, porque nos consi-
deramos, através da obra de Plácido
de Castro, como verdadeiramente fi-
lhos do Rio Grande do Sul.

O SR. MEM DE SÁ — Sr. resi-
dente, encerro estas palavras. As que
foram ouvidas de parte do eminente
Senador Eduardo Catalão pela banca-
da da Bahia, do Senador Heribaldo
Vieira, pela de Sergipe, Senador Pa-
dre Calazans, por São Paulo, Sena-
dor Gastão Müller, por Mato Grosso,
e do Senador José Guimomar, pelo
Acre, são palavras que completaram,
enriqueceram, e engrandeceram meu
discurso.

Se o momento é de sofrimento e de luto para o meu Estado, o conforto dos sentimentos aqui traduzidos pelos representantes de todo o Brasil nos comove e nos torna, cada vez mais, devedores da gratidão a todos os nossos irmãos brasileiros, certos de que deles receberemos, nesta Casa e na outra, todo o apoio necessário às medidas que se fizerem convenientes para mitigar, para suavizar os prejuízos imensos desabados sobre o meu Estado natal.

Muito agradecido a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e a outros eminentes colegas que me honraram com suas manifestações. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 576, de 1965

Nos termos do art. 42 do Regimento Interno, requero licença, para tratamento de saúde, pelo prazo de 100 (cem) dias a partir desta data, de acordo com o atestado junto.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1965. — Lobão da Silveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A licença concedida terá início na presente data conforme se achava previsto no requerimento.

Para substituir o Senador licenciado convojo o seu suplente, Sr. Pedro Moura Palha.

Achando-se Sua Excelência presente, passará desde logo a participar dos trabalhos da Casa, dispensado do compromisso regimental, visto j. o haver prestado ao ensino da sua primeira convocação. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa, ofício que vai ser lido.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

Em 25 de agosto de 1916.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado do Pará, em substituição ao Sr. Senador Lobão da Silveira, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensejo da minha primeira investidura abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Social Democrático.

Atenciosas saudações. Pedro Moura Palha.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guimard
Moura Palha
Sebastião Archer
Joaquim Parente
José Cândido
Manoel Dias
Heribaldo Vieira
José Leite
Jefferson de Aguiar
Gilberto Marinho
José Peliciano
Mem de Sá — 10.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que aplica a correção monetária nos débitos da União, tendo Pareceres sob ns. 336, 337 e 338, de 1965 das Comissões: de Constituição e Jus-

tiga, pela constitucionalidade; de Economia, favorável e de Finanças, contrário.

A discussão foi encerrada em sessão anterior.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Foi rejeitado.

O projeto será arquivado.

— É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 1964

Aplica a correção monetária nos débitos da União

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os débitos da União, decorrentes do não pagamento na data devida de quaisquer importâncias, que não forem liquidadas no trimestre civil, em que deveriam ter sido pagas, terão seu valor atualizados monetariamente, em função das variações no poder aquisitivo da moeda nacional.

Art. 2º Estão compreendidos como débito da União, diferença, vencimento, remuneração, percentagens, salário-família, devolução de impostos, depósitos, importâncias decorrentes de cumprimentos de contratos e toda e qualquer importância devida pela União, a qualquer pessoa, ou entidade de direito público ou privado.

Art. 3º Esta correção será processada na forma do art. 7º, § 1º da Lei nº 4.357, de 16 de agosto de 1964.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 2:

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1964 de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o financiamento às prefeituras de orçamento limitado, pelos estabelecimentos de crédito oficial, para aplicação em equipamento rodoviário, tendo Pareceres — 1º — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça — nº 301, de 1965, pelo arquivamento; — da Comissão de Economia — nº 302, de 1965, favorável; — da Comissão de Finanças — nº 303, de 1965, contrário, com restrições do Sr. Senador Aurélio Vianna; — 1º — Sobre a emenda de Plenário — da Comissão de Constituição e Justiça — nº 394, de 1965, pela rejeição, com voto contrário do Senhor Senador Sebastião Archer — da Comissão de Finanças — nº 396, de 1965, para rejeição, com voto vencido do Sr. Senador Melo Braga.

A discussão deste projeto também foi encerrada em sessão de 28 de abril do corrente ano.

Está em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

Com a rejeição do projeto também fica prejudicada a emenda e o projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 1964

Dispõe sobre o financiamento às prefeituras de orçamento limitado, pelos estabelecimentos de crédito oficial, para aplicação em equipamento rodoviário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo financiará, através dos estabelecimentos oficiais de crédito, transações e investi-

mentos das prefeituras municipais de orçamento limitado, relativos à aquisição de equipamentos rodoviários; ambulâncias; máquinas agrícolas; e à execução de planos de assistência médica e educacional.

Parágrafo único. Os financiamentos de que trata este artigo, que serão concedidos para ressarcimento a longo prazo, terão como garantia as quotas da discriminação tributária da União devidas aos municípios.

Art. 2º Dentro de 90 dias, contados da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará os atos necessários à sua regulamentação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 3:

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 39, de 1964 (nº 1.652-B-60 na Casa de origem), que modifica os arts. 1º e 13 do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores civis federais no estrangeiro e dá outras providências tendo — Pareceres favoráveis sobre o Projeto e a Emenda de Plenário (nºs 243, 244, 925, 926 e 927 de 1965) das Comissões — de Serviço Público Civil, com subemenda que oferece: — de Finanças, com a inclusão da subemenda da Comissão de Serviço Público Civil e — de Constituição e Justiça

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda e da subemenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 1964

(Nº 1.652-B, de 1960, na Câmara) Modifica os artigos 1º e 13º do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis federais no estrangeiro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Excetuadas as que torem empreendidas para o exercício de funções diplomáticas e consulares e representação do Brasil em congressos, conferências internacionais e competições desportivas, as viagens de servidores civis e autárquicos da União ao estrangeiro obedecerão às normas do presente Decreto-lei”.

Art. 2º O art. 13 do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O servidor que for ao estrangeiro para fins de aperfeiçoamento e especialização no gozo de qualquer das vantagens previstas neste Decreto-lei, não deverá, no curso dos cinco anos seguintes ao regresso, a contar da data da chegada ao Brasil, requerer licença para tratar de interesses particulares, nem deixar o serviço público por espontânea vontade, sob pena de ser obrigado a indenizar o Tesouro Nacional ou o da respectiva autarquia pelas despesas feitas com a viagem e manutenção no estrangeiro.

§ 1º O processo de indenização será iniciado pelo próprio servi-

dor, com a comunicação ao chefe imediato do propósito de deixar o serviço público, ou ex officio, desde que verificado o afastamento definitivo, caso em que será da alçada do órgão de pessoal sob cuja jurisdição estiver.

§ 2º Para esse efeito, os órgãos de pessoal manterão um registro das despesas da viagem dos servidores enviados ao estrangeiro, especificando o vencimento ou salário e cada uma das vantagens percebidas de acordo com os artigos 9º e 11 deste Decreto-lei.

§ 3º A servidora casada cujo marido tenha domicílio obrigatório fora do Brasil, não se aplica a proibição de requerer licença para tratar de interesses particulares”.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação a subemenda que, aprovada, prejudicará a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada a subemenda, prejudicada a emenda.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a subemenda aprovada:

SUBEMENDA

Dê-se à Emenda nº 1, de Plenário, a seguinte redação:

“Acrescente-se o seguinte artigo:

“Art. A autoridade administrativa terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo do pedido na repartição competente, para despachar requerimento relativo ao objeto desta Lei.

Parágrafo único. A infração ao disposto neste artigo, quando decorrente de dolo ou má-fé, constituirá falta grave, sujeitando o seu autor às penas previstas para esse delito pela Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952”.

É a seguinte a emenda prejudicada:

“Acrescente-se o seguinte artigo:

“Art. — Consideram-se deferidos os requerimentos solicitando autorização para especialização ou aperfeiçoamento no exterior que, no prazo de sessenta (60) dias da data da entrada do pedido na secretaria do órgão competente do respectivo Ministério, não tenham merecido despacho final”.

O SR. PRESIDENTE — (Guido Mondin) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 206-A-64, na Casa de origem) que aprova a “Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, eleito por quem não seja transportador contratual”, tendo — Pareceres Favoráveis, sob números 995, 996 e 997 das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores e de Transportes Comunicações e Obras Públicas.

Em discussão o Projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Fim votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. A matéria vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1965

Nº 206-A, de 1964, na Casa de origem)

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara (México) a 18 de setembro de 1961.

Art. 2º Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CONVENÇÃO COMPLEMENTAR DA CONVENÇÃO DE VARSÓVIA PARA A UNIFICAÇÃO DE CERTAS REGRAS RELATIVAS AO TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL EFETUADO POR QUEM NÃO SEJA TRANSPORTADOR CONTRATUAL.

Os Estados que assinam a presente Convenção,

Considerando que a Convenção de Varsóvia não contém regras particulares relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja parte no contrato de transporte,

Considerando, por conseguinte, que é conveniente formular normas que regulem tais circunstâncias.

Convêm no seguinte:

a) "Convenção de Varsóvia" significa seja a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929, seja a Convenção de Varsóvia modificada na Haia, em 1955, conforme o transporte nos termos do contrato previsto na alínea b), é regido por uma ou por outra;

b) "transportador contratual" significa a pessoa que como parte, conclui um contrato de transporte regido pela Convenção de Varsóvia, com um passageiro, um expedidor ou uma pessoa que atue em nome de um ou outro;

c) "transportador de fato" significa a pessoa, distinta do transportador contratual que, em virtude da autorização dada pelo transportador contratual, efetua todo ou parte do transporte previsto na alínea b), sem ser com relação a dita parte, um transportador sucessivo no sentido da Convenção de Varsóvia. Tal autorização, presumir-se-á, salvo prova em contrário.

ARTIGO II

Se um transportador de fato efetua todo ou parte de um transporte que, de acordo com o contrato a que se refere o artigo 1 alínea b), rege-se pela Convenção de Varsóvia, tanto o transportador contratual como o transportador de fato ficarão submetidos salvo disposição em contrário da presente Convenção, às disposições da Convenção de Varsóvia, o primeiro com relação a todo o transporte previsto no contrato, o segundo somente em relação ao transporte que efetue.

ARTIGO III

1 — Os atos e omissões do transportador de fato ou de seus prepostos, que atuem no exercício de suas

funções relativas ao transportador de fato, considerar-se-ão igualmente como ações e omissões do transportador contratual.

2 — Os atos e omissões do transportador contratual ou de seus prepostos que atuem no exercício de suas funções, relativas ao transporte efetuado pelo transportador de fato serão considerados como atos e omissões do transportador de fato. Sem embargo, nenhum desses atos ou omissões poderá sujeitar o transportador de fato a uma responsabilidade que exceda os limites previstos no artigo 22 da Convenção de Varsóvia. Nenhum acordo especial, nos termos do qual o transportador contratual assumia obrigações nas impositas pela Convenção de Varsóvia, ou nenhuma renúncia a direitos previstos pela mencionada Convenção como também nenhuma declaração especial de "interesse na entrega", prevista no artigo 22 da mencionada Convenção, afetará o transportador de fato, salvo consentimento deste.

ARTIGO IV

As ordens ou reclamações dirigidas ao transportador, conforme a Convenção de Varsóvia terão o mesmo efeito sejam dirigidas ao transportador contratual ou ao transportador de fato. Sem embargo, as ordens previstas no artigo 12 da Convenção de Varsóvia só terão efeito se forem dirigidas ao transportador contratual.

ARTIGO V

Com relação ao transporte efetuado pelo transportador de fato, qualquer preposto deste ou do transportador contratual terá direito, se provar que atuava no exercício de suas funções, a invocar os limites de responsabilidade aplicáveis, conforme a presente Convenção, ao transportador do qual seja preposto, a menos que se prove que atuou de tal forma que, nos termos da Convenção de Varsóvia, não possa invocar tais limites.

ARTIGO VI

Com relação ao transporte efetuado pelo transportador de fato, o total das indenizações que se poderá obter deste transportador, do transportador contratual e dos prepostos de um e outro, que tenham atuado no exercício de suas funções não excederá a indenização maior que possa ser obtida seja do transportador contratual, seja do transportador de fato, em virtude da presente Convenção, mas nenhuma das pessoas acima mencionadas será responsabilizada além dos limites que lhes sejam aplicáveis.

ARTIGO VII

Toda ação de responsabilidade, relativa ao transporte efetuado pelo transportador de fato, poderá ser intentada à escolha do autor, contra este transportador ou o transportador contratual ou contra um e outro, conjunta ou separadamente. Se a ação é intentada unicamente contra um desses transportadores, este terá direito de chamar a juízo o outro transportador regulando-se o processamento e seus efeitos pela lei do tribunal que conheça da questão.

ARTIGO VIII

Toda ação de responsabilidade prevista no artigo VII da presente Convenção deverá intentar-se, a escolha do autor, seja perante um dos tribunais em que uma ação possa ser intentada contra o transportador contratual de acordo com o artigo 28 da Convenção de Varsóvia, seja perante o tribunal do domicílio do transportador de fato ou da sede principal do seu negócio.

ARTIGO IX

1 — Será nula e sem nenhum efeito, toda cláusula tendente a exonerar

o transportador contratual ou o transportador de fato da responsabilidade a estabelecer limite inferior ao fixado pela presente Convenção, mas a nulidade desta cláusula não acarretará a do contrato, que continuará regido pelas disposições da presente Convenção.

— Com relação ao transporte efetuado pelo transportador de fato, o parágrafo precedente não se aplica às cláusulas referentes a perda ou ao dano que resulte da natureza ou vício próprio das mercadorias transportadas.

3 — São nulas todas as cláusulas do contrato de transportes e todas as convenções, particulares anteriores ao dano pelas quais as partes deneguem as regras da presente Convenção, seja por uma determinação da lei aplicável, seja por modificação das regras de competência. Entretanto, no transporte de mercadorias, as cláusulas de arbitragem serão admitidas nos limites da presente Convenção, quando a arbitragem deva realizar-se nos lugares de competência dos tribunais previstos no artigo VIII.

ARTIGO X

Com exceção do artigo VII, nenhuma disposição da presente Convenção prejudicará os direitos e obrigações existentes entre os dois transportadores.

ARTIGO XI

A presente Convenção, até a data de sua entrada em vigor, nas condições previstas no artigo XIII ficará aberta à assinatura de todo Estado que, nessa data, for membro da Organização das Nações Unidas ou de um Organismo Especializado.

ARTIGO XII

1 — A presente Convenção será submetida à ratificação dos Estados signatários.

2 — Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos.

ARTIGO XIII

1 — Logo que cinco Estados signatários houverem depositado seus instrumentos de ratificação da presente Convenção, esta entrará em vigor entre tais Estados no nonagésimo dia após o depósito do quinto instrumento de ratificação. Para cada um dos Estados que o ratificarem depois desta data, entrará em vigor no nonagésimo dia após o depósito de seu instrumento de ratificação.

2 — Imediatamente após sua entrada em vigor, a presente Convenção será registrada junto à Organização das Nações Unidas e à Organização de Aviação Civil Internacional pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos.

ARTIGO XIV

1 — A presente Convenção, após sua entrada em vigor, será aberta à adesão de qualquer Estado Membro da Organização das Nações Unidas ou de um Organismo Especializado.

2 — A adesão se efetuará pelo depósito de um instrumento de adesão junto ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos e produzirá seus efeitos no nonagésimo dia após a data deste depósito.

ARTIGO XV

1 — Qualquer Estado Contratante pode denunciar a presente Convenção mediante notificação dirigida ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos.

2 — A denúncia produzirá seus efeitos seis meses após a data do recebimento, pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos, da respectiva notificação.

ARTIGO XVI

1 — Qualquer Estado Contratante poderá no momento da ratificação ou adesão da presente Convenção, ou ulteriores, declarar mediante notificação dirigida ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos que a aplicação da presente Convenção estender-se-á a qualquer dos territórios que este Estado represente nas relações internacionais.

2 — A aplicação da presente Convenção estender-se-á noventa dias depois da data do recebimento da mencionada notificação pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos, aos territórios mencionados na notificação.

3 — Qualquer Estado contratante pode conforme as disposições do artigo XV denunciar a presente Convenção separadamente para todos ou para qualquer um dos territórios que este Estado represente nas relações internacionais.

ARTIGO XVII

A presente Convenção não poderá ser objeto de reservas.

ARTIGO XVIII

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos notificará à Organização da Aviação Civil Internacional e a todos os Estados membros da Organização das Nações Unidas ou de um Organismo Especializado:

a) qualquer assinatura da presente Convenção e a data desta assinatura;

b) o depósito de qualquer instrumento de ratificação ou de adesão, e a data deste depósito.

c) a data da entrada em vigor da presente Convenção em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo XIII;

d) o recebimento de qualquer notificação de denúncia e a data do recebimento;

e) o recebimento de qualquer declaração ou notificação feita em virtude do artigo XVI e a data do recebimento.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados assinam a presente Convenção.

Feito em Guadalajara, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, em três textos autênticos, redigidos em línguas francesa, inglesa e espanhola. Em caso de divergência, fará fé o texto em língua francesa, idioma em que foi redigida a Convenção de Varsóvia de 12 de outubro de 1929. O Governo dos Estados Unidos Mexicanos fará uma tradução oficial do texto da Convenção em língua russa.

A presente Convenção será depositada junto ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos, aonde em conformidade com as disposições do artigo XI ficará aberta à assinatura e este Governo enviará cópias autenticadas da presente Convenção à Organização da Aviação Civil Internacional e a todos os Estados membros da Organização das Nações Unidas ou de um Organismo Especializado.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim).

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 113-A-66 na Casa de origem) que determina o registro do contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Pará, no valor de Cr\$ 300.000.000, tendo — Pareceres, sob números 923 e 994 de 1965, das Comissões — de Constituição e Justiça favorável, — de Finanças, pela aprovação nos termos do substitutivo que oferece.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:
Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:
(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Finanças ofereceu substitutivo ao projeto. Nos termos do Regimento Interno, o projeto deverá retornar à Comissão de Justiça para oferecer parecer sobre o substitutivo da Comissão de Finanças.
E' o que requiro. (Muito bem.)

O SR. HERIBALDO VIEIRA:
Sr. Presidente peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:
Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Heribaldo Vieira.

O SR. HERIBALDO VIEIRA:
(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, afirmo-me que não há precedência para a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Jefferson de Aguiar. Trata-se de Substitutivo de uma Comissão que se antepõe ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça que era pela aprovação do projeto vindo da Câmara.

O parecer da Comissão de Finanças é contrário ao da Comissão de Constituição e Justiça, apoia o substitutivo não pela constitucionalidade, mas pelo mérito da questão.

De forma que a meu ver a Comissão de Constituição e Justiça não tem mais que ser ouvida sobre a matéria.

E' a minha questão de ordem. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Respondo às duas questões de ordem propostas. Diz o Regimento Interno que, sempre que for apresentado substitutivo a um projeto de lei, a Comissão de Constituição e Justiça deverá novamente manifestar-se.

Assim sendo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 17 voltará para novo pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Item 6:

Discussão, em turno único do Requerimento nº 561 de 1955, pelo qual o Sr. Senador Júlio Leite solicita informações a serem prestadas pelo Sr. Ministro Extraordinário Para a Coordenação dos Organismos Regionais, com referência a pedidos de financiamento submetidos à SUDENE e sobre empréstimos e financiamentos internacionais com aplicação dependente do mesmo órgão.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MEM DE SÁ:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pelo que me diz a memória, os requerimentos de informações independentes de aprovação do Plenário. Vejo, entretanto, que os itens números 6, 7 e 8, da Ordem do Dia, se referem a requerimentos de informações sujeitos à aprovação do Plenário. Pergunto a V. Ex.^a, se houve alteração regimental. Parece-me que o item nº 7 en-

volve sigilo bancário, mas o primeiro requerimento, não. Sigilo bancário. Esta, a questão de ordem que formulo, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Respondo à questão de ordem formulada pelo nobre Senador Mem de Sá, a Mesa informa que considerou o requerimento do Senador Júlio Leite como contendo matéria de sigilo bancário.

Se V. Ex.^a tem cópia do Requerimento, peço que leia o item 7º desse documento. (Pausa.)

O SR. MEM DE SÁ — Sr. Presidente, realmente esse item se refere ao montante recolhido ao Banco do Nordeste em decorrência dos dispositivos do Plano da SUDENE.

V. Ex.^a tem razão.

De modo que cabe a decisão do Plenário. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em discussão o requerimento nº 561. (Pausa.)
Se nenhum Senhor Senador desejar manifestar-se, dou a discussão por encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em decorrência da decisão que acaba de ser tomada pelo Plenário, serão solicitadas as informações pedidas no requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Item 7:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 562, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Júlio Leite solicita informações, a serem prestadas pelo Ministério da Fazenda, com referência a pedidos de financiamento submetidos ao Banco do Nordeste do Brasil.

Em discussão o Requerimento (Pausa.)

Se nenhum Senhor Senador desejar discutir a matéria, vou encerrar a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em consequência da deliberação que acaba de ser tomada pelo Plenário, serão solicitadas as informações constantes do requerimento de autoria do nobre Senador Júlio Leite.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 563, de 1965, pelo qual o Sr. Júlio Leite solicita informações, a serem prestadas pelo Ministério da Fazenda, com referência ao Regulamento do Programa de Financiamento à Média e à Pequena Indústria e ao Contrato de Empréstimo nº 96-OC-BB, firmado entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em discussão o requerimento.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Está aprovado.

Assim sendo, serão solicitadas as informações que o requerimento objetiva.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa um requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido o seguintes

REQUERIMENTO Nº 577, de 1965

De conformidade com o disposto na alínea "a" do artigo 272-A do Regimento Interno, requeiro seja submetido a votos o Projeto de Lei do Senado número 9, de 1965.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1965. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Regimentalmente, não há necessidade de submeter o requerimento a votos. Basta o deferimento da Presidência, que o dá.

Item 9:

Discussão em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 9, de 1965, de autoria do Senador Vasconcellos Torres, que torna obrigatório as representações oficiais do Brasil, no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional (projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 10 de mês em curso). tendo — Pareceres contrários, sob números 801, 802, 803 e 804, de 1965, das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Relações Exteriores; — de Economia e de Finanças.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Se nenhum Senhor Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

O projeto foi rejeitado e será arquivado.

E o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 1965

Torna obrigatório às representações oficiais do Brasil, no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todas as representações oficiais do Brasil, no exterior, sejam diplomáticas, comerciais, civis ou militares, ficam obrigadas ao uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

Art. 2º Ao item V, do art. 7º da Lei nº 2.145, de 29-12-53, modificado pelo art. 56 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Não se consideram como bem de propriedade, para os efeitos deste artigo, os veículos automotores de propriedade dos funcionários da carreira diplomática e dos servidores públicos civis e militares, adquiridos no exterior e que não sejam de fabricação brasileira.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. (Pausa)
Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Oscar Passos.

O SR. OSCAR PASSOS:

Senhor Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER:
Senhor Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana. (Pausa)

Sua Excelência não está presente. Não há mais orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Comunico aos Senhores Senadores que esta Presidência deliberou cancelar a sessão conjunta, convocada para hoje, a fim de serem apreciados vetos presidenciais.

Neste sentido, foi feita comunicação ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados. (Pausa)

Nada mais havendo o tratar, vou encerrar a sessão, marcando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 26 de agosto de 1965
(Quinta-feira)

1
Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 52, de 1965, que suspende a execução dos artigos 6º, § 2º, 21, letras i e m, 1ª parte, 37, letra d, 44, 45, 65, letras a, b, c, d, 66, 77, § 1º, 85, 87 e 146 da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947, e dos artigos 3º, nº 1 (quanto a prefeitos), 28 e 30, letra "f" do Ato das Disposições Transitorias declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 567, de 1965).

2
Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1965 (nº 2.094-C de 1964, na Câmara), que altera dispositivos da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, que cria o Instituto de Previdência dos Congressistas, tendo

Pareceres, sob nºs 998 e 999, de 1965, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, com as emendas que oferece sob os nºs 1, 2, 3, 4 e 5 (C.L.S.);

— de Finanças, favorável ao projeto e às emendas.

3
Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1965 (nº 2.497-B de 1965, na Casa de origem) que isenta de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bilenat de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 991 e 992 de 1965, das Comissões:

— de Educação e Cultura e

— de Finanças.

4
Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115 de 1963, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que institui uma nova unidade monetária, a escala móvel de salários, estabelece diretrizes sócio-econômicas e dá outras providências, tendo

Pareceres contrários, sob nºs 111 e 118, de 1965, das Comissões:

— de Economia e

— de Finanças

Está encerrada a sessão.

(Lerá-se a sessão as 16 horas e 50 minutos).

ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

O Sr. Primeiro-Secretário concedeu, nos termos do artigo 270, item II, da Resolução nº 6, de 1960, e de acordo com os respectivos Laudos Médicos, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

Claudianor de Araújo Barros, Radiotécnico PL-9, entre 30.6.65 e 13 de agosto de 1965, num total de 45 dias. (DP-691-65);

Eliezer Salles Ribeiro, Auxiliar de Limpeza, entre 11.6.65 e 11.7.65 em prorrogação, num total de 31 dias. (DP-613-65);

Francisco Timóteo da Silva, Linotipista, "Pro-labore", entre 5.7.65 e 9.8.65, num total de 36 dias. (DP-718-65);

Deferiu, nos termos do artigo 361, parágrafo 1º da Resolução nº 6, de 1960, requerimento de Maria Margarida de Alcântara Pelizzaro, em que solicita certidão de tempo de serviço. Republicar, por haver saído com incorreções no D.C.N. de 29 de maio de 1965.

O Senhor Primeiro Secretário concedeu...

Licença para tratamento de saúde a Marieta Jacy de Oliveira, Oficial Legislativo, PL-4, entre 22.4.65 e 22 de maio de 1965, num total de 31 dias. (DP-344-65).

Secretaria do Senado Federal, em 18 de agosto de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

DP-160-65 — de Romeu Paulino Salgado, Motorista, PL-10, em que solicita averbação em seus assentamentos de tempo de serviço prestado ao Ministério da Aeronáutica, sendo computados 2.401 dias como Diarista e 656 dias como Mensalista;

DP-732-65 — de Maria Antonieta Fonseca Paranaíba, Psicotécnica, PL-3, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, num total de 7.272 dias;

DP-792-65 — de Dalmar Geraldo Lacerda Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-8, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Tribunal de Justiça, Comarca de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, num total de 471 dias, para todos os efeitos legais, exceto o de licença especial;

DP-758-65 — de Antônio Carlos Bandeira, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado como aluno do CPOR, do Rio de Janeiro, num total de 1.015 dias;

DP-799-65 — de Francisco José Fernandes, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento de Correios e Telégrafos sendo computados 83 dias como Diarista e 5.126 dias como Mensalista;

DP-759-65 — de Orestes Pereira Lopes, Motorista, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Marinha, num total de 217 dias;

DP-566-65 — de Darcy Vianna, Motorista, PL-9, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 21.6.65;

de Marcello Zamboni, Auxiliar Legislativo, PL-8, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 14.6.65;

DP-579-65 — de Hélio das Chagas Quirino, Marceneiro Substituto, FT-4, em que solicita férias relativas ao

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

exercício de 1964, a partir de 16.6.65; DP-587-65 — de Domingos Pereira dos Santos, Marceneiro Substituto, FT-4, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 16 de junho de 1965;

DP-627-65 — de Adilson Vieira de Castro, Auxiliar de Portaria, PL-10, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 28 de junho de 1965;

DP-630-65 — de Eurico Costa Macedo, Oficial Legislativo, PL-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 23.6.65;

DP-675-65 — de Paulo de Carvalho Góes, Eletricista, PL-7, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 26.5.65;

de Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-6, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 5.7.65;

DP-664-65 — de João Coutinho Duarte, Motorista, PL-9, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 5.7.1965;

DP-682-65 — de Aracy O'Reilly de Souza, Oficial Legislativo, PL-5, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 1º de julho de 1965;

DP-648-65 — de Luiz Carlos Vieira da Fonseca, Assessor Legislativo, PL-2, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 5.7.65;

DP-647-65 — de Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Assessor Legislativo, PL-2, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 5.7.65;

DP-646-65 — de Hélio Vargas Aguilera, Bombeiro Hidráulico FT-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 19.7.65;

DP-741-65 — de Paulo Machado Alvim, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de faltas no período de 17 de maio a 25 de junho, por motivo de provas na Universidade de Goiânia;

DP-599-65 — de Paulo Jorge Caldas Pereira, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de falta no dia 21 de junho de 1965, por motivo de aula na Universidade de Brasília;

DP-720-65 — de Carlos do Carmo Moreira, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de faltas nos dias 23, 24, 25 e 30 de junho; e 1º e 2 de julho, por motivo de aulas e provas na Universidade de Brasília;

DP-747-65 — de Mauro Motta Burlamaqui, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de faltas nos dias 28 e 30 de junho e 1º e 2 de julho de 1965, por motivo de provas na Universidade de Brasília;

DP-701-65 — de Ataliba Luiz Mota Teixeira, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de faltas nos dias 25, 28 e 30 de junho e 1º e 2 de julho de 1965, por motivo de provas na Universidade de Brasília;

DP-621-65 — de Genoveva Ayres Ferreira Dias, Auxiliar Legislativo, PL-7, em que solicita abono de faltas nos dias 9 e 11 de junho de 1965, por motivo de provas na Universidade de Brasília;

DP-610-65 — de Claudio Idebukque Carneiro Leal Neto, Oficial Legislativo, PL-5, em que solicita abono de faltas nos dias 22 de junho a 7 de julho de 1965, por motivo de provas na Universidade de Brasília;

DP-605-65 — de Carlos do Carmo Moreira, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de falta nos dias 16 e 18 de junho de 1965, por motivos escolares;

Concedeu, nos termos do artigo 310 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, item 35 da Resolução nº 6, de 1960, salário-família aos seguintes funcionários:

Carmelino Tôso, Motorista, PL-10, em relação a seu filho Elizeu Giovanni Brêda Tôso, a partir de fevereiro de 1965. (DP-658-65);

Jonas Rodrigues de Faria, Emendador, FT-2, em relação a seu filho Marcos Rodrigues de Faria, a partir de março de 1965. (DP-661-65);

Vital Xavier de Lima, Ajudante de Portaria, FT-7, em relação a seu filho Washington Pereira de Lima, a partir de junho de 1965. (DP-681-65);

Lourenço Dirceu Gurgel, Auxiliar de Limpeza, em relação a sua esposa Aldemira Moreira Gurgel e a seus filhos Dirceina, Dilson, Diomar, Dilma, Dilza e Dilmir Moreira Gurgel, a partir de julho de 1965. (DP-682-65);

Deferiu, nos termos do artigo 270, item 1, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960, os seguintes requerimentos:

de Waldemar Ribeiro do Valle Filho, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita licença para tratamento de saúde, entre 6 e 16.7.65, num total de 11 dias. (DP-712-65);

de Etelmino Pedrosa, Estoquista, PL-8, em que solicita licença para tratamento de saúde, entre 5 a 23 de julho de 1965, num total de 19 dias. (DP-714-65);

de Vitor Coelho Pessoa, Servente de Administração, FT-8, em que solicita licença para tratamento de saúde, entre 26.6.65 e 7.7.65, num total de 12 dias. (DP-713-65);

Concedeu, nos termos do artigo 274, da Resolução nº 6, de 1960, licença gestante às seguintes funcionárias:

Ernestina de Souza Mendes, Auxiliar Legislativo, PL-7, a partir de 18 de maio de 1965. (DP-642-65);

Regina Pelosi Silva, Auxiliar Legislativo, PL-9, a partir de 3 de julho de 1965. (DP-717-65);

Neuza Joanna Orlando Verissimo, Pesquisador de Orçamento, FT-3, a partir de 2 de agosto de 1965. (DP-738-65).

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960, e de acordo com os atestados médicos, abono de faltas aos seguintes funcionários:

No mês de julho de 1965:

José Moyses Maia, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 6;

José Gouveia, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 6, atraso;

Beatriz Brow Costa, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 7 e 12;

José Soares Cavalcante, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 7;

Cleá Marina Cunha de Menezes, Taquígrafa de Debates, PL-3, no dia 7;

Jorge Manoel Azevedo, Taquígrafa de Debates, PL-3, no dia 7;

Maria Eliza Nogueira Loddó, Oficial Bibliotecário, PL-5, nos dias 7 e 12;

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Especial, criada pela aprovação do requerimento Nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais".

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Da Comissão Especial sobre o requerimento nº 285 de 1965 que determina seja procedido ao estudo e à coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas minerais e produtos agropecuários nacionais

Relator: Sr. José Ermirio.

Paulo Weguellini Delpech, Conservador de Documentos, PL-6, no dia 7; Arthur Levy Sequeira Schutte, Redator de Radiodifusão, PL-4, no dia 7; Clarindo Vieira da Silva, Atendente, FT-3, nos dias 7, saída antecipada, 8 e 9;

Carlos Augusto Alimandro, Auxiliar de Limpeza, no dia 7;

Myriam Gurjão Meilo, Oficial Bibliotecário, PL-5, nos dias 7 e 8;

Jairo Brasileiro da Costa, Ajudante de Almoxarife, PL-7, nos dias 7, 8 e 9;

Francisco Pereira da Silva, Auxiliar de Limpeza, nos dias 7, 8 e 9; levando à conta de licença para tratamento de saúde o dia 12;

Odélio Alves, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 8;

José Lucena Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 8;

Sylvia Minazi Montavani Peixoto, Auxiliar Legislativo, PL-7, nos dias 7 e 8;

Demerval Gomes Ribeiro, Servente de Administração, FT-8, no dia 8;

Claudio Barbosa Leite, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 8, 9 e 10;

Ilson de Figueiredo, Auxiliar de Limpeza, no dia 9;

Eduardo Jorge Caldas Pereira, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 9;

Gerardo Lima Aguiar, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 9;

Emmanuel Novaes Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 9;

Waldinar Araújo Oliveira, Auxiliar de Limpeza, no dia 9;

Elsita Lorlay Coelho Campos da Paz, Oficial Bibliotecário, PL-4, no dia 9;

Manoel Isidoro Pereira, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 9;

Artemira Sampaio da Costa, Jackel, Telefonista, PL-14, no dia 12;

Acrísio Ferreira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 12;

Newton Custódio de Azevedo, Servente de Administração, FT-8, nos dias 12 e 13;

José Lourdes de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, no dia 13;

Braz Queiroz, Auxiliar de Limpeza, no dia 13;

Agenor Nobre Filho, Auxiliar de Limpeza, nos dias 13 e 14;

Divia Falconi de Carvalho, Auxiliar Legislativo, PL-8, nos dias 13 e 14;

Jairo Barbosa Mattos, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 14;

José Pereira, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 14;

Indeferiu requerimento de Luiz Mendes, Ajudante de Portaria, FT-7, em que solicita abono de ponto do dia 2 de agosto de 1965.

Diretoria do Pessoal, em 18 de agosto de 1965. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

ações, serão tomadas as providências cabíveis.

Proponho, pois, que sobre o assunto sejam tomados os seguintes depoimentos:

a) Ministro das Minas e Energia;
b) Ministro Extraordinário para Assuntos do Planejamento e Coordenação Econômica;

1) Presidente da Ação Moageira do Estado do Rio Grande do Sul;
2) Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul;

3) Diretor do Instituto Agronômico de Campinas;

4) Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte;

5) Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste;

6) Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste;

7) Presidente do Fundo Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura;

8) Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia;

9) Diretores das Cooperativas dos Cafeicultores de Ribeirão Preto e Poços de Caldas;

10) Presidente dos Sindicatos dos Moageiros de São Paulo e do Estado da Guanabara;

11) Presidente da Confederação Rural Brasileira; e

12) Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP).

c) Ministro da Agricultura;
d) Ministro da Viação e Obras Públicas;

1) Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral;

2) Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas;

3) Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto;

4) Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.;

5) Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira;

6) Presidente da Companhia Vale do Rio Doce;

7) Presidente da Companhia Indústria e Comércio do Minério S.A.;

8) Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional;

9) Presidência da Rede Ferroviária Nacional;

10) Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil;

11) Presidente da Companhia Metalúrgica de Chumbo de Santo Amaro;

12) Presidente do Instituto Brasileiro do Café;

13) Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool;

14) Presidente do Instituto Brasileiro do Sal.

e) Ministro da Indústria e Comércio.

Este é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1965. Senador José Ermirio de Moraes, Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 245, de 1965, em sua 2ª Reunião plenária, realizada em 15 do corrente, opinou, unanimemente, pela aprovação do Roteiro de Trabalhos da Comissão, nos termos em que foram apresentados pelo Senhor Relator.

Estiveram presentes os Senhores Senadores Argemiro de Figueiredo, Eugênio Barros, Heribaldo Vieira, José Ermirio e Raul Giuberti.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1965. Heribaldo Vieira, Vice-Presidente, no exercício da presidência — José Ermirio, Relator — Argemiro de Figueiredo — Eugênio Barros — Raul Giuberti.

OFÍCIOS

Ofício do Senhor Senador José Ermirio, Relator, de 6 de agosto de 1965, encaminhando à presidência da Comissão a relação de autoridades a serem convocadas acompanhadas dos respectivos temários, nos seguintes termos:

Brasília, em 6 de agosto de 1965. Senhor Presidente,

Na qualidade de Relator da Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do Requerimento nº 245, de 1965, tenho a grata satisfação de encaminhar a douta consideração de Vossa Excelência a relação das autoridades a serem convocadas, acompanhada dos respectivos temários e endereços, de conformidade com o aprovado por este órgão técnico quando da aprovação do Roteiro de Trabalhos.

Outrossim, solicito a Vossa Excelência seja marcado o período compreendido de 5 (cinco) a 30 (trinta) do mês de outubro do corrente ano, para a tomada dos depoimentos das autoridades discriminadas no relatório preliminar, à exceção dos Ministros de Estado.

E' a seguinte a relação das autoridades e respectivos temários:

1 — Presidente da Ação Moageira do Estado do Rio Grande do Sul
Endereço:

Sindicato da Indústria do Trigo — Rua Uruguai, 91 — 3º andar — Sala 300 — Porto Alegre — RGS.

Assunto:

Debater sobre o Trigo — sua plantação — sua genética — novas variedades — desenvolvimento do plantio no Rio Grande do Sul e outros Estados — Situação atual da ação moageira.

2 — Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul
Endereço:

Eng. Agrônomo Fernando da Silveira Mota (Diretor) — Ibeas — Petropolis — RGS.

Assunto:

O que tem feito o Instituto com relação ao Trigo e seu trabalho realizado durante o ano — Arroz — Milho — Feijão — Soja — Reflorestamento e Acacia Negra.

3 — Diretor do Instituto Agronômico de Campinas

Endereço:

Dr. Glauco Pinto Viegas (Diretor) — Campinas — Estado de São Paulo.

Assunto:

Informações atualizadas sobre amendoim — cana de açúcar — algodão — café e pastagens.

4 — Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte

Endereço:

Dr. José Maria Pinheiro (Diretor) — IPEAN — Belém — Estado do Pará.

Assunto:

A borracha — castanha — guaraná — juta — madeiras de lei e plantas oleaginosas.

5 — Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste

Endereço:

Dr. José Carvalho Ferreira da Silva (Diretor) — IPEANE — Recife — PE.

Assunto:

O Açúcar — algodão — cacau — coco — fibras vegetais — café — pecuária e pastagens.

6 — Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste

Endereço:

Dr. Artimar Bittencourt Baleeira (Diretor) — IPEAL — Salvador — Estado da Bahia.

Assunto:

Cacau — Sisal — mamona.

7 — Presidente do Fundo Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura

Endereço:

Ministério da Agricultura — Largo da Misericórdia — RJ — GB.

Assunto:

Situação agropecuária do país inclusive industrialização dos seus produtos — auxílios e estudos programados e executados nos vários estados — vacina contra aftosa.

8 — Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia

Endereço:

Cotia — Estado de São Paulo.

Assunto:

Informações gerais sobre o desenvolvimento dos produtos agrícolas como o feijão — milho — arroz — batata — café — algodão — amendoim e soja.

9 — Diretor da Cooperativa dos Cafeicultores de Ribeirão Preto

Endereço:

Ribeirão Preto — Estado de São Paulo.

Assunto:

Café, seu plantio — adubação e tratamento da lavoura — colheita — beneficiamento e sua exportação.

10 — Diretor da Cooperativa das Cafeicultores de Poços de Caldas

Endereço:

Poços de Caldas — Estado de MG.

Assunto:

Café, seu plantio — adubação e tratamento da lavoura — colheita — beneficiamento e sua exportação.

11 — Presidente do Sindicato dos Moageiros do Estado de São Paulo

Endereço:

Sindicato da Indústria do Trigo do Estado de São Paulo — Rua Líbero Badaró, 582 — 7º andar — c. 71-3.

Assunto:

Situação da triticultura no Estado de São Paulo.

12 — Presidente do Sindicato dos Moageiros do Estado da Guanabara

Endereço:

Av. Rio Branco, 131 — RJ — GB.

Assunto:

A atual situação das indústrias moageiras no Brasil e atual capacidade — instalação e aproveitamento dos moinhos no Brasil — mistura de milho, raspa de mandioca e soja da farinha de Trigo.

13 — Presidente da Confederação Rural Brasileira

Endereço:

Av. General Justo, 171 — RJ — GB.

Assunto:

Produtos agropecuários — situação geral dos produtos agropecuários no Brasil — safra — estocagem e posição de lucro para os fazendeiros na atual conjuntura.

14 — Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP)

Endereço:

Av. Barão de Itapetininga, 224 — 9º andar — c. 91-2 — SP — Estado de São Paulo

Assunto:

Os produtos agropecuários — situação geral dos produtos agropecuários no Brasil — safra — estocagem e posição de lucro para os fazendeiros na atual conjuntura.

15 — Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral

Endereço:

Dr. Irnack de Carvalho Amaral (Diretor) — Av. Pasteur, 404 — RJ — GB.

Assunto:

Produção mineral do Brasil em 1964 — situação geral da indústria extrativa de minérios no país e programa atual de desenvolvimento da mesma — consumo e produção dos principais metais utilizados no país.

16 — Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas

Endereço:

Av. Marechal Câmara, 350 — RJ — GB.

A situação atual do Instituto e qual o programa traçado pelo atual governo para o pleno funcionamento deste Instituto.

17 — Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto

Endereço:

Ouro Preto — Estado de Minas Gerais.

Assunto:

A situação de estudos na referida escola e quais as necessidades urgentes para atualizá-la conforme requer a realidade brasileira.

18 — Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais

Endereço:

CEMIG — Dr. Mário Behering (Presidente) — P. Itambé, 114 — BH — MG.

Assunto:

A posição exata da CEMIG com relação ao fornecimento de energia e quais os preços cobrados para energia e particulares — empresas comerciais — em alta e baixa tensão para industriais — iluminação pública e doméstica — qual a disponibilidade de energia que conta esta respeitável empresa.

19 — Presidente da Companhia Vale do Rio Doce

Endereço:

Av. Presidente Wilson, 164 — RJ — GB.

Assunto:

A situação da exportação do minério de ferro em volume e preços — posição desta empresa em face dos favores concedidos a Hanna e

quais as providências que julga necessárias para ampliação dos seus negócios e dos interesses da empresa.

20 — Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

Endereço:

Av. Nilo Peçanha, 26 — RJ — GB

Assunto:

A situação da siderurgia no país — situação das ampliações programadas — vendas de seus produtos e posição atual do mercado de ferro — reflorestamento — mercado comum latino-americano — providências para manter as empresas de forma a pagarem dividendos a seus acionistas e tomarem novos rumos de desenvolvimento.

21 — Presidente da Companhia Indústrias e Comércio de Minério

Endereço:

Dr. Augusto Trajano de Oliveira Antunes (Diretor) — ICOMI — Av. Graça Aranha, 28 — 19º andar — RJ — GB.

Assunto:

A situação do mercado interno e externo do manganês no país — preços justos do produto e a industrialização do ferro, manganês.

22 — Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional

Endereço:

Av. 13 de maio, 13 — RJ — GB.

Assunto:

A situação atual da empresa — seu programa de expansão e quais as possibilidades de produção — qual o programa de crescimento rápido dos programas de fabricação dos produtos de que tanto carecemos e ainda exportamos — ampliação da fabricação dos subprodutos do carvão, quais as providências tomadas para solução dos novos problemas que afetam os produtores de açúcar — qual a quota atual de exportação para os Estados Unidos e seu preço — qual a quota dos destinados a outros países e seu preço — qual a safra prevista para 1965 e 1966 — qual o consumo previsto e qual a estocagem em sacos deste produto.

27 — Presidente do Instituto Brasileiro do Café

Endereço:

Av. Rio Branco, 311 — RJ — GB

Assunto:

Produção — consumo do país — alteração de programa da produção — desenvolvimento da região salteira do país.

23 — Presidente do Instituto Brasileiro do Café

Av. Rodrigues Alves, 129 — RJ — GB.

Assunto:

Situação da política cafeeira do país — situação da lavoura cafeeira — exportação.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta estima e distinta consideração. Senador José Ernúrio de Moraes, Relator da Comissão Especial.

(**) Republicue-se por ter sido publicado com incorreções no DCN — Seção II — de 14 de agosto de 1965

Ata da Comissão Mista constituída para estudar a Reforma do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das Instituições Políticas do País.

1ª REUNIAO, INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 1965

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes o Presidente do Congresso Nacional Senador Auro de Moura Andrade, Senadores Afonso Arinos, Wilson Gonçalves, Josaphat Marinho e Edmundo Levi e os Deputados Oliveira Brito, Raimundo Brito e Hamilton Prado, além de grande número de parlamentares presentes ao ato, reuniu-se, para sua sessão instalatória, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudar a Reforma do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das Instituições Políticas-administrativas do país.

Por motivo justificado deixou de comparecer o Deputado Laerte Vieira.

Assumindo a direção dos trabalhos de instalação o Senhor Senador Moura Andrade, Presidente do Congresso Nacional, declarou:

O SR. PRESIDENTE (Senador Auro Moura Andrade) — A presente sessão se destina à instalação da Comissão Mista constituída em Grupo de Trabalho para estudar a reforma do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das instituições político-administrativas, conforme ato desta Presidência em sua comunicação à Câmara dos Deputados.

Esta Presidência honra-se em presidir esta fase de instalação e agradece a presença dos Srs. Deputados Oliveira Brito, Raimundo de Brito, Hamilton Prado, Laerte Vieira, bem como a dos Srs. Senadores Afonso Arinos, Wilson Gonçalves, Josaphat Marinho e Edmundo Levi.

Esta Comissão nasceu de uma imposição dos fatos e da necessidade urgente que tem o Congresso Nacional de enfrentar problemas ligados à crise política nacional.

Esta Presidência tomou a liberdade de formular alguns apontamentos sobre reforma jurídico-política consequente à revolução de março de 1964 para, sob forma afirmativa do seu ponto de vista, confiá-los a esta Comissão, entre os muitos outros subsídios que naturalmente receberá.

Não pede esta Presidência à Comissão que adote este ponto de vista, mas apenas que os receba e os estude livremente, porque esta Presidência está convencida de que os seus apontamentos poderão despertar algum interesse na discussão da matéria.

Vou lê-los neste ensejo:

Apontamentos sobre reformas jurídico-políticas, consequentes à Revolução de Março de 1964

Não se faz nenhuma revolução para viver em estado revolucionário, e sim, para criar ou restabelecer um estado de direito.

As revoluções que assim não procedem, despertam o espírito de "revanche" e criam condições para movimentos contra-revolucionários constitucionais.

A revolução de 1930, durante dois anos, exerceu o que entendia por *Direito da Revolução*, aceitou uma certa coexistência com as leis do Estado de Direito contra o qual se erguera, mas descurou de organizar a Nação constitucionalmente.

O fato acabou por dar lugar ao movimento de São Paulo, reivindicatório de uma ordem constitucional, — a chamada Revolução Constitucionalista

A Revolução de março de 1964, de característica diversa, pois mantendo a Constituição tornou-se Constitucionalista, deve, por isso mesmo, compreender as ansiedades da Nação por uma vida constitucional estável, em que se realizem as verdadeiras razões da Revolução.

Isto se tornará impraticável, caso antes de 31 de janeiro de 1966, o Poder Executivo e o Poder Legislativo não se entendam quanto à inarredabilidade dos fundamentos revolucionários e à improrrogabilidade de condensar na reestruturação constitucional esses fundamentos, de modo a que a transitória legalidade revolucionária, do Ato Institucional, seja absorvida na organização jurídica, política e econômica da Nação.

Não é explicável, e é mesmo irrazoável, que uma revolução suponha dever seguir o sistema tradicional do Estado de Direito contra o qual se ergueu, pois a tradição já foi quebrada pela própria revolução.

A Revolução, para ser legítima, e não tornar-se usurpatória, está obrigada:

1º) a manter as instituições que ratificou;

2º) a possibilitar, por todos os meios que essas instituições se reorganizem;

3º) a respeitá-las como Poderes do Estado, que são, e a reconhecê-las como expressão da vontade popular haurida nas urnas, e acrescidas em autenticidade nacional pela vontade popular revolucionária que as ratificou.

Desse modo, o Congresso eleito pelo povo e ratificado pela Revolução possui, mais do que qualquer outro futuro Congresso, a fonte de legitimidade que o eleva a uma capacidade quase constituinte e, portanto, dá-lhe autoridade para reformular ou reformar a Constituição, de modo a que organizado fique o Estado de Direito consequente à Revolução.

Isto posto, passo a analisar a ordem institucional revolucionária existente.

A Revolução respeitou, como devia, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, que haviam, ambos, assumido altas e indispensáveis atitudes componentes do processo revolucionário.

Todavia, a Revolução preferiu institucionalizar-se ela própria a si própria e o fez através de um ato em que se reduziu a quatro principais preocupações:

1º) estabelecer normas de ordem regimental para o Congresso;

2º) estabelecer novas figuras de Direito Penal e novas condições processuais penais;

3º) limitar-se a si própria, no tempo, fixando sua data para 31 de janeiro de 1966;

4º) limitar-se a si própria no campo jurídico, ao tratar apenas dos aspectos penais e ao deixar omissos muitos, ou quase todos os demais aspectos de direito ordinário ou constitucional.

Assim, a Revolução entrou em crise, envolveu-se na própria crise nacional, não programou uma ordem constitucional pós-revolucionária, fez coexistir na pessoa do Presidente da República as figuras de Chefe do Estado de Direito e de Delegado Revolucionário, figuras que se conflitam e que podem anular-se uma à outra.

Essas circunstâncias, em virtude das limitações que se fez a si mesma a Revolução, não podem ser removidas pela própria Revolução. Esta não possui mais o *Direito Revolucionário*, pois este se exauriu no Ato Institucional.

Portanto, a não ser quebrando a normalidade da Nação, a sua paz e a sua confiança nos líderes revolucionários, nada pode ser feito pela Revolução sozinha, senão uma revolução

dentro de outra e afinal uma guerra civil absorvendo todas.

Estas verdades levam a um único raciocínio e a uma única forma de corrigir as crises institucional, militar, política e jurídica da Nação. O Congresso Nacional com a responsabilidade central e o Poder Judiciário com a responsabilidade subsidiária são os únicos que, apolados na clarividência do Poder Executivo, poderão reorganizar a vida brasileira e definir o direito constitucional pós-revolucionário, ou seja, consequente à Revolução. Para tanto o Congresso Nacional deve proceder a uma reforma da Constituição Brasileira, que deverá atingir:

a) reforma do Congresso Nacional, com definições no campo da competência e da autoridade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como o de modificação de processo legislativo inclusive quanto aos prazos;

b) reforma do Poder Judiciário, com base nos estudos já elaborados pelo Supremo Tribunal Federal;

c) reforma do sistema de Governo, sua competência, sua autoridade e condições de uso e aplicação de seus poderes.

Serão mantidas, obrigatoriamente, na Revisão Constitucional, a Federação, a República, a autonomia dos Estados, o Sistema Representativo que caracteriza as democracias ocidentais. Os Estados manterão, no campo de sua autonomia, muitos de seus atuais poderes, perderão alguns, mas ganharão outros e continuarão seguindo o sistema de eleições diretas para governadores nos moldes da atual legislação.

No plano nacional o Congresso regulará, na Constituição e em lei ordinária, a forma de eleição do Presidente da República, caso não decida mantê-las diretas.

O cargo de Vice-Presidente da República será suprimido e as substituições eventuais do Presidente da República sa farão pelos Chefes de Poderes, primeiro o do Poder Legislativo, e em seguida o do Poder Judiciário.

O sistema de governo federal será definido em termos que co-responsabilizem o Congresso na execução governamental e na estabilidade do País, pela aprovação prévia dos Ministros de Estado, ainda que em regime presidencialista. Em qualquer hipótese e aconselhável que os Ministros Militares sejam livremente escolhidos pelo Presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores seja escolhido pelo Presidente com aprovação apenas do Senado.

Os Ministros Militares não estarão sujeitos à aprovação do Congresso, pois os assuntos fundamentais de seus deveres não devem ser objeto de nenhuma composição parlamentar.

O Ministro das Relações Exteriores dependerá de aprovação do Senado e escolha do Presidente da República, já que este representa a Nação perante os Estados estrangeiros e o Senado tem a condução conjunta com o Presidente, na formulação da política internacional.

Na reforma do Congresso, ao Senado caberá essa co-responsabilidade na política internacional, a aprovação de tratados, convênios, acordos etc., com nações estrangeiras, a função corretora das representações diplomáticas, o controle constitucional dos atos dos Estados em grau de recurso direto, ou após pronunciamento judiciário, a autorização de empréstimos estrangeiros para os Estados e Municípios, a cassação das leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e as funções de Câmara revisora.

A Câmara dos Deputados caberá a iniciativa de leis em que se prevejam despesas, maior amplitude de competência na elaboração da política interna, o início do Orçamento da

maior e as funções legislativas que atualmente lhe são atribuídas, respeitados os casos de iniciativa do Presidente da República, as limitações legais quanto a despesas e ao funcionalismo civil e militar da União e a proposta orçamentária, esta última sempre apresentada pelo Presidente da República.

Serão fixados prazos para a elaboração legislativa e as hipóteses em que essa elaboração se fará em Casas conjuntas.

Os vetos serão apreciados por maioria absoluta e não mais por dois terços.

A Reforma se fará em Congresso, sendo em Congresso discutido, votando, porém, separadamente, as duas Casas.

Uma grande atenção há de ser posta na preceituação constitucional do sistema partidário. Os partidos não de identificar-se com o ponto de vista do povo, constituído em sociedade política. Devem ser afastados de qualquer identificação com o Estado, pois é essencial, para que a democracia realmente se realize, que, dentro do regime partidário, os partidos busquem cumprir as próprias linhas políticas, de modo a que se tornem estas, quando sufragadas pela maioria do povo, as linhas políticas do próprio Estado.

Não é lícito que o Estado absorva o pensamento dos partidos, pois que a estes cabe, como missão primordial, compor o pensamento do Estado, através da conquista do poder nas urnas livres de um povo livre.

A Constituição precisará prever os processos de defesa e de criação de condições de um sistema pluralista de que resultará uma opinião pública livre, capaz de ter consciência deliberativa, sem influências de controle através dos processos e instrumentos de deformação da opinião pública, a pretexto de formá-la.

Não há dúvida de que o povo deve ser investido da responsabilidade das decisões fundamentais do regime, e para alcançar essas deliberações, que precisam ser conscientes, racionais e inteligentes, precisam os partidos apalpar-se, conscientizar-se, racionalizar-se e conduzir as questões programáticas de maneira definida e inteligente. Isto não implica em dizer que a liberdade de pronunciamento popular e a liberdade de ação partidária devem ser indisciplinadas. Pelo contrário, o sistema eleitoral precisa definir o que é lícito e o que é ilícito praticar, seja da parte dos partidos, seja da parte da coletividade eleitoral.

Não basta, de outro lado, estabelecer como condição de elegibilidade limites de idade, requisitos de capacidade cultural ou eleitoral, mas é mister definir também a capacidade cívica para o exercício da representação popular. Estas condições devem ser executadas pelos partidos, sob o controle da justiça eleitoral, a fim de que fiquem intimamente aliadas a capacidade e a dignidade políticas, como elementos constitutivos da postulação democrática em nosso País.

Os partidos deverão ser colocados entre governantes e governados, cumprindo a missão de instrumentos do povo na formação do governo e mantendo-se como forças representativas da vontade popular, enquanto que aqueles que atuam no governo deverão representar o pensamento partidário, já que este será a síntese da opinião popular. Os partidos deverão estar amparados, na ordem constitucional, ao ponto de poderem opor-se às pressões do governo, se forem contrárias a interesses legítimos do povo, ou à pressões de grupos maiores ou menores da opinião pública, se forem contrários a uma posição legítima do governo. Só assim o sistema multipartidário estaria democratizando o poder.

Dever-se-á, de outra parte, cuidar de estabelecer-se, sem prevenções, e

em favor do regime democrático, o direito das minorias a fim de evitar a tirania das majorias, que pode comprometer o equilíbrio político nacional, ou impedir, durante longo tempo, a reformulação da política do Estado, pois tornando-se surda às minorias, acabam as majorias por tornar-se dogmáticas.

Por multiplicidade partidária não se deve entender licença concedida à participação de partidos cujos objetivos sejam, não os de aperfeiçoar o regime democrático, mas o de suprimi-lo.

Embora assim entendendo no campo da formação dos partidos, em que se proíbe a postulação eleitoral de associações anti-democráticas, no campo individual, do exercício dos direitos humanos, não prescreverá a Constituição penas para convicções ideológicas, nem para convicções religiosas, as quais estarão sob o amparo das garantias individuais de liberdade de pensamento.

As lideranças democráticas deverão ser, em primeiro lugar, lideranças partidárias, que ressaltem o papel do partido em conjunto, que dividam e compartilhem as responsabilidades e as decisões, que se apresentem ao povo e diante do Estado como expressões representativas de uma opinião política organizada, e nunca como tendo sob sua tutela, sob seu domínio ou à sua disposição as forças que deve representar.

O partido político, em consequência, deve desfrutar de autoridade institucional e estar a salvo do autoritarismo circunstancial ou oligárquico de lideranças impermeáveis à renovação.

Tudo isto visa a instrumentalizar a democracia e a impedir que soe sua fronde floresçam a tirania, o despotismo, o absolutismo, a ditadura real e a ditadura plebiscitária, o autoritarismo e o totalitarismo, não só em suas formas de Estado, como também em suas manifestações dentro do estado democrático, ainda que episódicas.

A forma do regime a ser buscada deve ter embasamento na experiência destes longos anos, de longas e permanentes crises nacionais, já bastante identificadas para que nos recusemos a remover-lhes as causas.

O regime deve ser construído e não copiado. O assunto se situará, tornar-se-á mais fácil de ser enfrentado e de serem disciplinadas as controvérsias, a partir do instante em que se examine, com imparcialidade, com espírito público e com vistas ao futuro, o procedimento político e a conduta eleitoral que tem durado no Brasil.

Pré-ordenados os critérios, libertos das expressões axiomáticas, de fundo demagógico, com o a de que "o povo sempre tem razão", ou fundada na timidez e no medo, como a de que "o Estado sempre tem razão", poder-se-á construir o sistema democrático representativo brasileiro em termos de reconhecer em cada caso a razão ao povo ou ao Estado e de criar elementos para que o Estado não se desarranze e nem o povo seja levado a perder a razão.

Ao indicar ao Presidente da Câmara dos Deputados, pedindo-lhe sua concordância, a formação da presente Comissão Mista, para em Grupo de Trabalho estudar em nível congressional, aberto à observação dos demais poderes e ao conhecimento da imprensa e do povo, os grandes problemas institucionais, entendi de sugerir a maior amplitude nesses estudos. Não me limitei a restringir-me a uma reforma do Poder Legislativo, porque penso que é o regime que está em crise, não o Congresso isoladamente.

O que existe, ostensiva e inequivocamente é a própria crise do regime, que perdura, particularmente no Poder Executivo.

Quais as grandes crises deste país, senão as que tiveram fulcro no Poder

Executivo: o suicídio de um Presidente em 1954, a deposição de dois Presidentes em 1955, a renúncia de um Presidente em 1961 e a deposição de outro Presidente em 1964?

Em todas estas ocasiões teve o Congresso de corrigir os efeitos dessas crises, e o fez, com capacidade, habilidade e estoicismo, recuperando a ordem jurídica abalada e restabelecendo tanto quanto possível a normalidade da vida nacional.

Não me parece, portanto, que se justifique reformar o Poder Legislativo para retirar-lhe independência, iniciativas e competência.

O Congresso deve reformular-se para atender aos reclamos da modernização de meios e de instrumentos da atuação, ao aperfeiçoamento do processo legislativo e à melhoria de condições para as suas atividades específicas.

É evidente que deve considerar a necessidade de reestruturar-se, mas seria mofo pensar-se que com isto se estaria corrigindo as distorções do regime e pondo fim às suas crises.

Um bom entendimento com o Poder Executivo deve ser estabelecido como premissas dessa reforma, pois naquele Poder a crise tem tido domicílio.

A organização administrativa do país é uma lástima.

A organização ministerial, nos atuais moldes constitucionais, deixa de corresponder a um corpo de assessoria, o que realmente também deveria ser, para a realização dos objetivos governamentais.

Nem sempre os projetos do Executivo são de alto padrão técnico, geralmente não o são, e é comum estarem evadidos de erros e com apreciações superficiais ou incompletas do problema sociológico, político e econômico da nação.

Não dispõe, o Poder Executivo, de suficiente assessoria para os seus imensos encargos e responsabilidades, o que faz com que as planificações que elabora sucumbam por inadequação à realidade nacional ou por descontinuidade administrativa.

Essa tem sido a sorte de todos os planos, iniciando pelo Plano Calte. Veja-se, ademais, a crise crônica, que há tantos anos perdura, caracterizada na inconstância dos planos econômicos e financeiros e o fracasso da política delegada dos preços mínimos e dos tabelamentos.

O país não suportou os equívocos e as flutuações de sucessivas políticas governamentais no campo do crédito, na estabilização da moeda, no fomento à produção, no estímulo às iniciativas privadas, nos critérios de importação e exportação, de investimentos nacionais e internacionais, pois tudo acabou por tornar-se contraditório, já que coexistiam, ou resurgiam rapidamente, as medidas antagônicas de estrangulamento do crédito, da estatização das atividades produtivas, da liberação de preços, do abandono do produtor e do consumidor, ou do estabelecimento de rivalidade e luta entre esses dois polos da atividade econômica nacional.

As indústrias de capitalizarem-se ou foram capitalizar-se no mercado paralelo, nessa grande Bolsa da inflação, onde os juros de 60% ao ano são índice do descrédito, da incapacidade e da perplexidade nacional.

Ha, pois, que reformular a vida brasileira, enfrentando as causas de seus males, onde quer que estejam, e não unicamente acomodando-se a uma revisão parcial de um de seus poderes.

É do hábito nacional criticar o Congresso, o que não traz consequências, é cômodo e sem riscos, porque atua contra um poder desarmado, onde se dilui a personalidade do poder entre centenas de pessoas. Já não é tão sem consequência criticar o Poder Executivo super-forte no presidencialismo e, se é preciso protestar contra ele, é ao Congresso que ainda se pe-

dem garantias constitucionais para isso, cobertura política, defesa de direitos.

Os estudos para uma próxima revisão constitucional ficam entregues, felizmente, a esta Comissão Mista, integrada por altos valores da cultura e do patriotismo nacional.

Estamos seguros e tranquilos de que seus trabalhos transcorrerão no mais elevado plano intelectual e político, não lhe faltando o nosso estímulo e o nosso apoio.

Para que essa reforma se faça em profundidade e em perfeita consonância com os outros Poderes da República, tivemos a honra de convidar o Poder Executivo, através de um seu representante de nível de Ministro de Estado e o Poder Judiciário, por um seu representante de nível de Ministro do Supremo Tribunal Federal, para acompanharem e participarem dos trabalhos desta Comissão.

O Senhor Presidente da República designou o Senhor Luiz Viana Filho, Chefe da Casa Civil, Ministro para Assuntos da Presidência da República, e estamos aguardando com o mais alto interesse a designação, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, de um membro da mais alta Corte de Justiça do País.

Estou certo de que esta Comissão realizará trabalho notável, que projetará ainda mais os seus autores, marcando na história a obra que construirá, como um documento de sabedoria, de previdência, de cultura e de inteligência política.

Terminada a leitura do discurso do Presidente Moura Andrade, este deu a palavra ao Senador Josaphat Marinho, que circunstanciou seus pontos de vista acerca da matéria em epígrafe, nos seguintes termos:

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. SENADOR JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, Senhores Senadores e Srs. Deputados, desejo, apenas, fazer uma declaração prévia a respeito da minha posição neste Grupo de Trabalho.

(Lê) Devo declarar, na instalação deste Grupo de Trabalho, dada a magnitude dos problemas a ser tratados e diante de debate aberto em torno deles, que não tenho compromisso, de qualquer natureza, com o sentido e o alcance das reformas, como estão sendo anunciadas.

Sou partidário de reformas institucionais e de base. Assim o declarei desde 1963, quando assumi o mandato de Senador. Se ontem, porém, combati a radicalização que prejudicava as reformas, não posso aceitá-las, hoje, sem apurar o que representam legítimas aspirações coletivas ou necessidades nacionais e o que traduz expedientes de grupos ou meras razões de conjuntura.

Não desconheço nem subestimo a influência dos motivos circunstanciais no funcionamento das instituições políticas. Mas também estou advertido de que só as crises profundas justificam grandes mudanças instantâneas. Não se forjam crises, com suspeitas e desconfianças, para atingir as estabilidades das instituições.

O povo perderá perigosamente a crença nos homens públicos, ou não lhes dará apoio e apreço, se se convencer de que eles podem mudar as instituições a seu arbítrio, no curso de todas as crises.

Creio que nenhuma alteração no quadro institucional deve subtrair ao corpo eleitoral o direito de escolher livre e diretamente, os governantes. Não se modifica o mecanismo de um sistema político quando a experiência vai demonstrando, como no caso da eleição direta, o aperfeiçoamento crescente de sua prática.

Entendo que o Poder Legislativo requer inovações no seu funcionamento

e na pauta de suas atribuições. Urge reacionalizar o processo legislativo inclusive simplificando-o a imprimindo maior segurança ao estudo das proposições. A celeridade aconselhável não se assemelha à pressa que anula a perfeição do Trabalho legislativo. E não é dado reduzir a função legislativa do Congresso, no momento em que as circunstâncias, notoriamente, não amparam o fortalecimento de sua tarefa crítica e de controle político.

Estou convencido de que é um des-serviço aos direitos e liberdades fundamentais e à Federação toda iniciativa que diminuir o prestígio do Poder Judiciário. Cumpre defender, especialmente, a dignidade institucional do Supremo Tribunal Federal, a que cabe a tremenda responsabilidade de garantir a supremacia da Constituição da República.

Seria ignorância negar que o Poder Executivo se fortalece em todos os regimes, sobretudo pela multiplicação dos fins do Estado e de seus deveres. Mas se essa transformação destruiu a rigidez do princípio da separação dos poderes, não impede nem condena o equilíbrio orgânico que a ordem democrática pressupõe, e sem a qual se confunde com os regimes de arbitrio.

Vale reconhecer, também, que nenhuma reforma institucional alcançará êxito apreciável, enquanto não se criarem condições para que os partidos políticos se transformem de instrumentos eventuais e vacilantes dos governos, ou da oposição, em permanentes "instrumentos do governo" como forcas orientadoras e dirigentes da vida pública.

Claro que para reformar é preciso transgredir. As Constituições, geralmente, são produto do entendimento entre idéias e correntes em conflito. Há que transgredir, entretanto, sem abandonar os princípios essenciais, para que o esforço de entendimento não se converta em transação inútil e deseducativa. Erros do passado devam servir de advertência às gerações atuais.

Se os políticos transigem sem limites, e a infra-estrutura social e econômica permanece inalterada, com os privilégios marcando injustiças, o povo pode erar seu descontentamento à altura do desprezo coletivo, que é fator de dissolução das instituições.

Nas linhas desse pensamento, colaborarei, modestamente, embora, nos estudos de reforma, para os quais agora se abre oportunidade de delimitação e de ordenamento.

Dando prosseguimento aos trabalhos o Presidente Moura Andrade facultou a palavra ao Deputado Oliveira Brito, que sintetizou seu pensamento e maneira pela qual encarava tão sério problema.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Brito.

O SR. DEPUTADO OLIVEIRA BRITO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, conheço V. Exas. e não ignora o povo brasileiro que tenho, no cenário político nacional, uma posição modesta mas definida.

Acetando o encargo de colaborar no Grupo de Trabalho que ora se instala, trago, hoje como ontem, o pensamento de servir às instituições democráticas do Brasil. Não é de hoje mas de longa data que venho insistindo na necessidade de reformar, dentre as quais se destaca precisamente aquela anunciada por Vossa Excelência.

O poder político supremo da Nação — o Congresso Nacional, jamais deixou de corresponder às expectativas do povo brasileiro nas horas difíceis. Seria ilusão sustentarmos que a série de crises, por que vem passando as instituições brasileiras, desapareceram. Ao contrário, é evidente quanto se mantiver a estrutura vigente no País, as crises se repetirão,

e repetir-se-ão cada vez com mais extensão e maior gravidade. Cumpre, pois, ao Congresso Nacional, na hora em que V. Exas., Sr. Presidente Moura Andrade e o Sr. Presidente Bilac Pinto, tomaram a iniciativa de constituir esta Comissão esta comissão para incumbi-la da elaboração dos estudos que possam conduzir às reformas de que necessita o País, o Congresso Nacional, mais uma vez, deve corresponder à expectativa que em torno dele existe.

Como acentuou o nobre Senador Josaphat Marinho, nenhuma reforma será útil, sobretudo a do Judiciário, se não preservarmos aqueles princípios que são basilares para seu normal funcionamento.

Entendo porém, Sr. Presidente, que antes mesmo dos partidos políticos assumirem aquela posição ideal a que se referiu o eminente representante pelo Estado da Bahia, cumpre-nos iniciar a tarefa pelo menos tentarmos realizar aquelas modificações no quadro institucional e político do País, antes que novas crises venham agravar a situação por que vem passando nossa Pátria.

E' portanto com esse espírito, Sr. Presidente, com convencimento de que as reformas anunciadas por V. Exa. são necessárias, que darei minha colaboração, modesta embora, para que possa esta Comissão corresponder à confiança de V. Exa. e do eminente Presidente da Câmara dos Deputados. Não é desnecessário que se acentue, Sr. Presidente, que se falharmos nesta tentativa crescerão as responsabilidades do Congresso Nacional. Porisso tenho a segura convicção de que cada um dos membros deste grupo, ao aceitar o encargo, aqui chegou e aqui permanecerá com a firme deliberação de tudo fazerem para que os altos propósitos de V. Exa. e do Presidente da Câmara sejam coroados de êxito.

Terminada a fala do Deputado Oliveira Brito, usou da palavra, ainda o Senador Afonso Arinos que, em tribuna improvisa, interpretou as afirmações lançadas pelo seu colega Senador Josaphat Marinho e esboçou os seus pontos de vista quanto à matéria em questão.

O SR. SENADOR AFONSO ARINOS — Senhor Presidente, devo por minha parte, igualmente, manifestar a V. Exa. e ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o meu reconhecimento pela iniciativa que omaram de constituir, não propriamente uma comissão interparlamentar, porque este Grupo de Trabalho não foi organizado nos moldes regimentais, mas sim uma comissão de parlamentares que, utilizando a sua vivência política, a sua experiência legislativa e o seu amadurecimento nos problemas nacionais, possam em reunião cordial, mas tanto quanto possível descompromissada e informal, visualizar através de uma fórmula, quem sabe não apenas o diagnóstico de certos males que nos afligem, mas também a sugestão de algumas soluções para estes problemas. Devo dizer a V. Exa., Senhor Presidente, que foi com grande satisfação que aqui acompanhei as manifestações precedentes dos meus ilustres colegas de Comissão, Senador Josaphat Marinho e Deputado Oliveira Brito, meu ex-colega também na Câmara dos Deputados. Desde logo gostaria de manifestar especial e particular satisfação por algumas observações que, segundo o meu entendimento, são plenamente satisfatórias do eminente Senador Josaphat Marinho. Não queria deixar de ressaltar, e sobre elas insistir um pouco, sobretudo porque se o entendimento que a elas atribuo eu não fôr o que tenha animado o eminente representante da Bahia, aqui, ao manifestá-la — e vou desde logo declarar de público esse entendimento de minha parte — seria necessário que S. Exa.

a explicasse um pouco melhor. Vou, seguindo a declaração escrita de S. Exa. — e eu infelizmente não formulei nenhuma do mesmo tipo porque não esperava antes da instalação oficial desta Comissão houvesse oportunidade para manifestar pontos de vista pessoais, neste caso, ter-me-ia também preparado melhor — acompanhar o pensamento do nobre Senador, tal como ele se me afigura ou conforme no meu espírito, para poder manifestar meu pleno aplauso a esses pontos de vista. Entretanto, diz S. Excelência que não tem nenhum compromisso com o sentido e o alcance da reforma, como estão sendo anunciados. Peço perdão à Comissão se estou invadindo o recinto privado dos sentimentos individuais, mas acredito que esta declaração seja tão óbvia que possa eu também formulá-la em meu nome, como de resto os demais componentes desta Comissão. Nenhum de nós chegou aqui com compromisso de qualquer natureza com o sentido e alcance das reformas, sobretudo porque elas não foram anunciadas. O nobre senador diz "como elas estão sendo anunciadas". Que eu saiba, não houve anúncio. Houve algumas especulações de natureza subjetiva apreciadas na imprensa, algumas atribuições de pensamentos ou inclinações de certos congressistas, ou talvez mesmo membros desta Comissão, mas que não tinham o sentido de assumir compromisso ou manifestar imposição ou pressão sobre a Comissão, ou qualquer membro do Congresso, para adoção de qualquer tipo de reforma. Da minha parte me felicito especialmente pela gentileza com que dois grandes diários do meu país — O Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, e o Estado de São Paulo, da capital paulista — publicaram hoje o trabalho que fiz a pedido de alguns amigos e que tinha sido distribuído em círculo fechado, mas que fiquei muito satisfeito por ver hoje à luz da publicidade, porque, através da leitura dele se vê que não existe compromisso de qualquer natureza, da minha parte, com o sentido ou alcance de qualquer reforma. Existem apenas manifestações, que são reiteradas, que são repetições, que são insistências de um velho professor de Direito Constitucional, que há muitos anos mantém essas teses e que as mantém na dramaticidade de sua experiência pessoal, na vivência trágica dos dias em que foi representante do povo, nos momentos culminantes da evolução do sistema presidencial no País.

Precisamente hoje, 24 de agosto, há alguns anos, o professor que exprime por escrito essas ideias participava de um dos mais tremendos dramas do portal de comando do seu partido, numa terrível batalha parlamentar, determinada por algum daqueles vícios que condenava e que hoje condena nas suas preações.

No dia de hoje, 24 de agosto, há 11 anos, o País afundava numa tragédia sangrenta, que se tem ameaçado repetir na sucessão dos anos, dos regimes e das situações.

Por tanto, dando meu aplauso à manifestação de minha solidariedade a S. Exa. que como todos nós não tem outros compromissos a não ser o de nossa adesão e amor pela Pátria e pela experiência pessoal da vivência das tragédias que se têm sucedido neste regime, diria também que aplaudo o nobre Senador, quando declara que aqui não tomará posição, sem apurar o que representa a "legítima aspiração coletiva" e o que se traduz por "expediente de grupo".

Porque, justamente esta comissão foi constituída por homens eminentes, excluída a humilde figura do orador, constituída de personalidade tão dignas e respeitáveis da vida pública, para aquilatar, para joieir, para colher na fluidez dos debates e no calor das controvérsias o que reali-

mente possa constituir o que S. Exa. chama "as legítimas aspirações coletivas", daquilo que possa parecer a adesão a certas situações pessoais, o apego a certas aventuras personalistas e o interesse por certas soluções parciais.

O que queremos justamente é evitar que isto ocorra, que através de certas situações pessoais, de aventuras engajadas e possibilidades concretamente afirmadas, aferidas e calculadas, se venha colocar o futuro do País a serviço dessas posições.

Mais uma vez, Sr. Presidente, manifesto minha solidariedade ao pensamento de S. Exa. que coincide com o meu.

Poderia ir além, mas sinto que estou dilatando demasiado esta intervenção, que não era minha intenção fazer.

Como S. Exa. eu também penso que nenhuma alteração no quadro institucional deve subtrair ao corpo eleitoral o direito de escolher livre e diretamente os governantes.

E Sr. Presidente, respeito a S. Exa. como meu colega na Cadeira de Direito Constitucional, meu colega na velha, na propecta, na ilustre Faculdade de Direito da Bahia. Sinto — dou aqui esta explicação pública ao nobre Senador duplamente meu colega — sinto não ter podido participar da banca examinadora que o aprovou com láurea, porque na oportunidade motivos pessoais me impediram de ir à Bahia, mas devo dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que junto aos demais os aplausos unânimes que S. Exa. recebeu no meio acadêmico da Bahia pela sua escolha para Professor da Cadeira de Direito Constitucional.

Digo, então, ao meu colega, que também como ele protestaria contra qualquer interpretação que se viesse atribuir a mim ou a qualquer dos componentes da Comissão a intenção de raptar ao povo o direito de escolher os seus governantes.

E porque digo isto, Sr. Presidente? Digo porque S. Exa. como grande professor que é não incorrerá naquele equívoco que é elementar nem naquela posição facciosa, que vem sendo levantada, de que o regime de gabinete é que preconiza a eleição indireta. Para fazer tal confusão é preciso desconhecer os mais simples rudimentos do Direito Público, para dizer que o regime parlamentar impõe eleição indireta, quando é sabida que o Governo de Gabinete, emanado do Congresso, sai precisamente da eleição direta que a este mesmo Congresso elegeu.

Confundir o regime daqueles que opinam sobre o que nada entendem, aqueles que não pertencem ao ramo zoológico ou botânico, da zoologia e da fitologia, daqueles que vêm do próprio reino mineral (risos). Só a mentalidade mineral, só a cabeça pétrea, so aquela forma rudimentar de ser que é o reino mineral, infelizmente representada em muitos editoriais de primeira linha, sustenta que aqueles que desejam implantar neste País o sistema parlamentarista procuram, ao mesmo tempo, impor a eleição indireta para o Governo.

Saiamos porém do reino mineral, daquele reino impreciso, obscuro, tormentoso e ameaçador, e passemos, mais uma vez, a aplaudir o nobre representante da Bahia, com quem me manifesto, novamente, de acordo neste ponto, quando fala que é preciso que os partidos adquiram aquela dimensão histórica que lhes é inerente, para que possam participar verdadeiramente da vida democrática.

Lamento apenas, Sr. Presidente, neste ponto ter uma pequena divergência com o eminente professor, quando S. Exa. disse: "enquanto não se criarem condições para que os partidos políticos se transformem em instrumento de Governo..."

Essas condições estão sendo procuradas no Brasil desde 1837, com a famosa dissertação de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que figura nas antologias, não só de Direito, mas de Política e de Literatura. Instituiu-se o primeiro Partido político — o Conservador do Império. No decurso de todo regime republicado, a legislação, as doutrinas e os esforços parlamentares perseguiram a institucionalização, o enriquecimento dos partidos políticos no Brasil, tendo em vista que como é habitual em todos os regimes democráticos, só muito lentamente se tem apurado o regime. Ainda agora a legislação que foi aprovada representa um esforço a mais, um passo a mais, uma tentativa a mais neste sentido.

Sr. Presidente, manifestei de público meu aplauso e minha solidariedade ao nobre Senador pela Bahia. Desejo também estender minha satisfação e o meu aplauso às declarações do ilustre Deputado Oliveira Brito. A Bahia domínio, a Bahia-imperialismo está aqui presente por três dos seus mais ilustres representantes e é com a esperança de que, sem exibicionismos pessoais, sem ressentimentos, sem frustrações, sem ambições escondidas, sem ódios recônditos, mas com o coração alto, com mente desimpedida, como todos esforços do sentimento voltados para o bem do País que me integro humildemente, como o mais humilde dos seus membros deste grupo-de-trabalho, que a sabedoria, a prudência e o discernimento de V. Exa. e do Presidente Bilac Pinheiro criaram nesta hora difícil para o Brasil.

Prestando alguns esclarecimentos e agradecendo as referências elogiosas feitas à sua pessoa, o Senador Josaphat Marinho usou novamente da palavra e situou vários pontos do seu discurso, nos termos abaixo:

O SR. PRESIDENTE (Senador Moura Andrade) — Com a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. SENADOR JOSAPHAT MARINHO (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, permitam-me os companheiros que agradeça a este Senador Afonso Arinos o gesto de solidariedade com tantas afirmações que fiz na declaração que há pouco proferi. Quero, entretanto, esclarecer que tive o cuidado de dar um conteúdo pessoal ao texto, por se tratar de atitudes, de posição.

Não poderia ter a veleidade de querer estender um pronunciamento de caráter pessoal, por simples presunção, a entendimento que supusesse ser o de todos os companheiros. Soarei, entretanto, motivos de honra se, nas linhas desse documento, houver perfeita conciliação entre o meu e o entendimento, senão da totalidade, da maioria deste grupo de trabalho.

É evidente que, fazendo declaração em nome pessoal, como uma definição de atitude, não poderia fazer menção a pontos de vista que pudessem ter os demais membros dessa Comissão. Ainda assim, tive o reiterado cuidado de não fazer qualquer referência individualizada a documentos ou a autores de medidas de reforma no momento discutidas. Afirmei, entretanto, que não tinha compromisso com o sentido e com o alcance das reformas, como estão sendo anunciadas, porque, como o nobre Senador Afonso Arinos há de verificar, não há textos oficiais ainda submetidos a

juízo, há, contudo, idéias, sugestões, propostas largamente divulgadas, algumas envolvendo graves aspectos do problema institucional brasileiro. E daí o meu cuidado em deixar, de início, esclarecido o meu ponto de vista, a fim de que, possíveis divergências, amanhã, na apreciação dos diferentes aspectos, não indicassem, porventura, ato de desconfiança. Foi esta a razão que determinou a elaboração deste documento em termos absolutamente pessoais. Mas, este esclarecimento e dado, sobretudo, aos ilustres membros da Comissão que não fizeram pronunciamentos neste instante, porque ao nobre Senador Afonso Arinos que, como declarou, percebeu perfeitamente o alcance dessa declaração, só tenho palavras de agradecimento por encontrar, nas suas convicções, apoio tão respeitável e tão modestas considerações. (Muito bem)

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente de todos os indicados para esta Comissão, sem dúvida, sou eu aquele que menos títulos apresenta...

O SR. SENADOR AFONSO ARINOS — Não apoiado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — ...com menores credenciais para figurar num grupo de trabalho tão insigne e com responsabilidades tão grandes. Digo mais, Sr. Presidente que a minha designação foi para mim mesmo uma surpresa e daí a razão pela qual descurei do preparo de qualquer declaração inicial que pudesse ser feita, mas, neste momento, quero fixar também que, positivamente, nenhum compromisso tenho com qualquer ponto de vista, com qualquer preocupação eventualmente enunciada por quem quer que seja, sendo que eu recebi, Sr. Presidente, as declarações, as sugestões, os pontos de vista divulgados nos órgãos da imprensa sobre a matéria e sobre a reforma institucional, como elas foram feitas, como sugestões, como idéias e nunca, jamais, como eventuais pressões por imposições a que um membro do Congresso Nacional se viesse submeter ao exercer as responsabilidades que recebi, participando desta Comissão.

Sr. Presidente, aceitei, com desvanecimento e, ao mesmo tempo, com verdadeira alegria, o ensejo que o destino me proporcionou com a minha designação porque, de há muito, estou compenetrado de que, realmente se fazia necessária uma reforma fundamental nas instituições brasileiras.

O SR. SENADOR AFONSO ARINOS — Muito bem!

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Assisti e venho assistindo com preocupação o crescimento desmesurado das atribuições do Executivo num processo verdadeiramente expansionista e absorvente que não raro tem invadido, com sucesso, atribuições específicas constitucionalmente fixadas de competência do Legislativo.

Tenho verificado e várias vezes observado, Sr. Presidente, que em consequência desta expansão os órgãos do Executivo se multiplicaram. Foram

criados órgãos paraestatais e organismos isolados de sociedade de economia mista, fundações, grupos de trabalho, tendo, cada vez mais, força política, penetração do Executivo nas funções do Estado, com repercussões sobre as próprias correntes políticas existentes no Congresso.

Tenho verificado que a circunferência de um igual processo de desenvolvimento e de expansão das atribuições do Legislativo não se tem verificado desde 1891, tem diminuído, de certa, uma relativa inapetência do Legislativo para cumprir, às vezes, atribuições que lhe são específicas e fundamentais como aquelas atinentes ao exercício da fiscalização da execução orçamentária, como aquelas relativas à necessária persecução das possibilidades econômicas e financeiras do País para suportar determinados ônus que lhe são solicitados pelo Executivo, como também aquelas outras relativas aos exames que deveriam ser feitos sobre as previsões do Executivo, quando elas envolvem despesas, não raro, excedentes à capacidade e às possibilidades da Nação. Tudo isso mostrando que o Legislativo realmente necessita de uma instrumentalização diferente que não só lhe assegure a possibilidade da realização das suas responsabilidades mais específicas e características, como ainda que permite na realidade que a afirmação constitucional do equilíbrio dos poderes pois se torne na prática, uma verdade e não apenas, uma ficção.

Daí a razão de ser, Sr. Presidente, pela qual aceitei de coração aberto as ponderações iniciais de V. Exa. como a dos demais membros desta Comissão e aquelas constantes da exposição feita pelo nobre Senador Afonso Arinos, que somente nesta manhã pude ler, mercê da divulgação que lhe deu "O Estado de S. Paulo". E as aceito, Sr. Presidente, como material de estudo, ao redor do qual poderei dar minha modesta contribuição para o sucesso dos trabalhos de alta responsabilidade que nos foram confiados.

Era o que tinha que dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Moura Andrade) — Se nenhum dos Senhores Membros da Comissão desejar fazer uso da palavra, irei declarar instalada a Comissão e encerrada esta fase dos trabalhos. (Pausa).

A Comissão deverá, em seguida, deliberar a propósito da oportunidade em que se reunirá para eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Relatores — Relator-Geral e Relatores parciais — da matéria.

Assim sendo, congratulo-me com os Srs. Deputados e Senadores pela maneira como colocaram, desde logo, os problemas atinentes aos trabalhos que irão realizar e declaro instalada esta Comissão, desejando ardentemente que do patriotismo, da cultura, do espírito público de cada um surjam as fontes criadoras de uma fórmula que sirva às realidades brasileiras neste instante e que, de fato possam produzir os benefícios que todos nós esperamos para normalidade da Nação e, acima de tudo, para estabelecer um sistema político duradouro, focando, que produza os mais altos resultados para o nosso País.

Com estes augúrios, declaro instalada a Comissão, deixo a sua Presidência, a fim de que a Comissão possa, daqui por diante, iniciar os trabalhos através da própria organização.

Está encerrada a fase de instalação da Comissão. (Muito bem; muito bem. Palmas. O Sr. Presidente e cumprimentado).

Concluídos os trabalhos preparatórios, o Sr. Presidente Moura Andrade declarou instalada a sessão e solicitou dos Senhores Membros da Comissão indicar os nomes dos parlamentares que deveriam constituir a Presidência da presente Comissão Mista, tendo acordado todos os Senhores Senadores e Deputados membros da Comissão, por unanimidade e aclamação, os nomes do Deputado Oliveira Brito e do Senador Edmundo Levi, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente.

Emocionados por aclamação o Deputado Oliveira Brito para Presidente e o Senador Edmundo Levi para Vice-Presidente, o Presidente aclamou Andrade convidou o Deputado Oliveira Brito a assumir a Presidência da Comissão Mista. Este empolgado, depois de agradecer aos seus pares a honra com que foi distinguido, concorde os Senhores membros da Comissão, designa para Relatores da matéria e Revisor-Geral os seguintes Parlamentares:

Relator-Geral: Senador Afonso Arinos.

Revisor-Geral: Senador Wilson Gonçalves.

Relatores da Reforma Judiciária: Deputados Oliveira Brito e Edmundo Levi.

Relatores da Reforma do Poder Legislativo: Senador Josaphat Marinho — Deputado Laerte Vieira.

Relatores da Reforma das Instituições Políticas: Senador Afonso Arinos — Deputado Hamilton Prado.

Feita a designação dos Senhores Relatores e Revisor-Geral, usou da palavra o Senador Afonso Arinos, agradecendo a distinção em ter sido escolhido para Relator-Geral de tão importante matéria.

Em seguida aos agradecimentos apresentados pelo orador acima, falou o Presidente Moura Andrade, que colocou o Senado Federal inteiramente a disposição da Comissão, assumindo pessoalmente os serviços da Gráfica do Senado, a taquigrafia, pesquisa e dependências desta Casa do Congresso, tudo, enfim, que se fizer necessário para atingir-se os objetivos desta Comissão.

Em seguida ao Presidente Moura Andrade falou o Presidente da Comissão, Deputado Oliveira Brito, que manifestou seus agradecimentos ao Senador Moura Andrade, dizendo não estranhar o gesto do eminente Senador, pois a Câmara sempre encontrou integral apoio do Senado, em qualquer situação.

Falou ainda o Senador Afonso Arinos, a guisa de sugestão, opinando fossem todos os trabalhos da presente Comissão feitos no Senado Federal. Submetida a idéia à votação, todos os membros concordaram pela sugestão do Senador Afonso Arinos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezessete horas, encerra a presente Reunião e, para constar, eu, Luiz de Souza Leão, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão, vai à publicação. — Deputado Oliveira Brito, Presidente — Senador Edmundo Levi — Senador Afonso Arinos — Senador Wilson Gonçalves — Deputado Edmundo Levi — Senador Josaphat Marinho — Deputado Hamilton Prado.

PTB

Edmundo Levi
Benezerra Neto
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

ODN

Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

BPI

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretaria: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

- SUPLENTE
1. José Feliciano
 2. Benedicto Valladares

PTB

Arthur Virgílio
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assumpção
2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Barros

Secretaria: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermirio

PSD

TITULARES
Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

- SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer

PTB

José Ermirio
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES
Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

- SUPLENTE
1. Benedicto Valladares
 2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antônio Jucá
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretaria: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

TITULARES
José Feliciano
Atílio Fontana

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretaria: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

TITULARES

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Herivaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretaria: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermirio

PSD

TITULARES

Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

José Ermirio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN
 João Agripino 1. José Cândido
 Faria Favares 2. Afonso Arinos

BPI
 Josaphat Marinho 1. Arnon de Mello
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurelio Vianna

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 Ruy Carneiro 1. Sigefredo Pacheco
 Sebastião Archer 2. José Leite

PTB
 Argemiro Figueiredo 1. José Ermírio
 Dix-Huit Rosado 2. Antônio Jucá

UDN
 João Agripino 1. Lopes da Costa
 Héribaldo Vieira 2. Antônio Carlos

BPI
 Aurélio Vianna 1. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 Wilson Gonçalves 1. Walfredo Gurgel
 José Guimard 2. José Feliciano
 Jefferson de Aguiar 3. Ruy Carneiro

PTB
 José Ermírio 1. Mello Braga
 Bezerra Neto 2. Edmundo Levi

UDN
 João Agripino 1. Daniel Krieger
 Antônio Carlos 2. Adolfo Franco

BPI
 Lino de Matos 1. Aurélio Vianna

PL
 Mem de Sá 1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 Walfredo Gurgel 1. Lobão da Silveira
 Sebastião Archer 2. José Feliciano

PTB
 Dix-Huit Rosado 1. Edmundo Levi

UDN
 Antônio Carlos 1. Eurico Rezende

BPI
 Josaphat Marinho 1. Dilton Costa
 Secretária: Sarah Abrahão
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 Benedicto Valladares 1. Ruy Carneiro
 Flinto Müller 2. Victorino Freire
 Menezes Pimentel 3. Wilson Gonçalves
 José Guimard 4. José Leite

PTB
 Pessoa de Queiroz 1. Nelson Maculan
 Vivaldo Lima 2. Antônio Jucá
 Oscar Passos 3. Mello Braga

UDN
 Antônio Carlos 1. Padre Calazans
 José Cândido 2. João Agripino
 Rui Palmeira 3. Mem de Sá

BPI
 Aarão Steinbruch 1. Arnon de Mello
 Secretário: J. B. Castejon Branco
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: José Cândido

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 Sigefredo Pacheco 1. Walfredo Gurgel
 Pedro Ludovico 2. Eugênio Barros

PTB
 Dix-Huit Rosado 1. Antônio Jucá

UDN
 José Cândido 1. Lopes da Costa

BPI
 Miguel Couto 1. Lino de Matos
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
 Vice-Presidente: José Guimard

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 José Guimard 1. Ruy Carneiro
 Victorino Freire 2. Atílio Fontana

PTB
 Oscar Passos 1. Dix-Huit Rosado
 Silvestre Pérciles 2. José Ermírio

UDN
 Zacarias de Assunção 1. Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen 2. Eurico Rezende

BPI
 Aarão Steinbruch 1. Josaphat Marinho
 Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
 Vice-Presidente: Victorino Freire

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 Sigefredo Pacheco 1. José Feliciano
 Victorino Freire 2. Flinto Müller

PTB
 Mello Braga 1. Antônio Jucá
 Silvestre Pérciles 2. Dix-Huit Rosado

UDN
 Padre Calazans 1. Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho 2. Mem de Sá

BPI
 Aurélio Vianna 2. Miguel Couto
 Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa
 Vice-Presidente: Mello Braga

TITULARES **PSD** **SUPLENTE**
 Eugênio Barros 1. Jefferson de Aguiar
 José Leite 2. José Guimard

PTB

1. Bezerra Neto

UDN

1. Irineu Bornhausen

BPI

2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcellos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigifredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD

Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.
Sigifredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partido

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD
Sigifredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
José Ermirio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN
Raul Gluberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD
Vaga — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Heribaldo Vieira — UDN
Aurélio Vianna — PSD

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição n.º 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos —
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição n.º 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — residente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição n.º 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR POSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos UDN.
Heribaldo Vieira (Presidente) UDN
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição n.º 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Mülle — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB)
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

Projeto de Emenda à Constituição n.º 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Josaphat Marinho — Sem legenda
Aloysio de Carvalho — PL
Lino de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição n.º 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Miguel Couto — PSP
Cattete Pinheiro — PTN

Projeto de Emenda à Constituição n.º 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD.
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende — UDN
João Agripino — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Aurélio Vianna — Relator — PTN

Projeto de Emenda à Constituição n.º 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
... vaga — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN
Menezes Pimentel — PSD
Eurico Rezende — Relator — UDN
Silvestre Péricles — Presidente — PTB
João Agripino — UDN

Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PTB
Lino de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — Presidente
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
... vaga — PTB
Eurico Rezende — UDN
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN
... vaga — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.64) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Arthur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
... vaga — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda
João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Jose Feliciano — PSD — Relator.
Walfredo Gurgel — PSD.
Bezerra Neto — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — UDN.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP.
Júlio Leite — PR — Presidente.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.
Jose Feliciano — PSD — Vice-Presidente.
Walfredo Gurgel — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.
Bezerra Neto — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.
Antônio Balbino — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.
Edmundo Levi — PTB.
Bezerra Neto — PTB — Relator.
Arthur Virgílio — PTB.
Oscar Passos — PTB.
Afonso Arinos — UDN.
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.
Eurico Rezende — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — BPI.
Aurélio Vianna — BPI.
Aarão Steinbruch — BPI.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guilamard — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Victorino Freire — PSD
Sebastião Archer — PSD
Jose Leite — Presidente — PSD
Jefferson de Aguiar — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB
José Ermirio — PTB
Antônio Jucá — PTB
Antônio Carlos — UDN
Vaga — UDN
Eurico Rezende — UDN
Joaquim Parente — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — S/legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Eugênio Barros — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Irinzu Bornhausen — UDN
Aarão Steinbruch — BPI
Aurélio Vianna — BPI

COMISSÃO MISTA

Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) — Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD
Vaga — PSD
Sigefredo Pacheco — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Edmundo Levi — PTB
Adolpho Franco — UDN
João Agripino — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — Sem legenda

Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD

Aderbal Jurema — PSD
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo Deputado Arnaldo Nogueira)
Heitor Dias — UDN
Doutel de Andrade — PTB
Arnaldo Cerdeira — PSP
Juarez Távora — PDC
Ewaldo Pinto — MTR